

O ATAQUE HOLANDÊS À BAHIA: UM EPISÓDIO NA LUTA PELO DOMÍNIO DO ATLÂNTICO

João José Planella

Em pedra, uma página da nossa História.

Uma viagem rápida e apressada à cidade do Salvador pôs, no vetusto Convento do Carmo, o visitante diante de uma lápide, que, na sua mudez eloqüente, lembrava um dos fatos decisivos da nossa história, ocorrido há três séculos e meio.

A visita ao Museu, no mesmo Convento, ajuntou outras reminiscências do fato. Armas e munições, capacetes, lanças e armaduras eram outros testemunhos, completados pelo quadro, com as cores já um tanto desmerecidas, cópia de outro existente no Museu do Prado, que relembra a restauração da Bahia, com a figura de D. Fradique de Toledo, apresentando aos moradores da cidade libertada a figura do Rei Filipe III de Portugal, IV da Espanha, coroado com os louros da vitória.

A isto vieram somar-se as próprias vozes populares. Um motorista de táxi apontava o pequeno lago do Tororô e dizia que fora construído pelos holandeses.

Se a restauração da Bahia fora objeto de uma tela, também fora de duas peças para o teatro, uma delas nada menos que de Lope Félix de Vega; tudo isso parecia indicar que esta data não poderia, nem deveria, transcorrer sem qualquer referência. Daí, apesar da abundante e dispersa bibliografia, a resolução de evocar esse evento, bastante conhecido em muitos aspectos, mas nem sempre apreciado na sua real importância e situado, não apenas como um fato capital da nossa história, mas, como o foi realmente, um dos lances decisivos do domínio do Atlântico: o ataque holandês à Bahia e seu fracasso.

A situação européia na época do ataque holandês à Bahia

Desde 1618, troavam, na Europa, os canhões da Guerra dos Trinta Anos. A luta, que envolveria a maior parte das nações européias e alteraria a situação política com o início da preponderância francesa, apresentava, naquele momento, uma vantagem para os exércitos dos Habsburgos, ainda que os recursos fossem interiores às necessidades para enfrentar a luta em múltiplas frentes. Aliada à Áustria, a Espanha envolvia-se na guerra. Em 1620, oito mil soldados espanhóis combatiam na Boêmia, foco original da luta contra Fernando II, enquanto 30.000 combatiam no Palatinado,¹ primeiro dos reinos que apoiariam a rebelião. E não pouco pesara a infantaria espanhola para os primeiros sucessos das armas imperiais, do que resultaria a entrada da Dinamarca, da Suécia e, finalmente, da própria França.

DE MAIO DE 1624 A
DE 1625 FOI AQUI
O QVARTEL GENE
RAL DO NORTE DAS
FORÇAS CONTRA
OS HOLLANDEZES
AOS 30 DE ABRIL DE
1625 NESTE CONVEN
TO ASSIGNARAM
OS HOLLANDEZES
A SUA RENDIÇÃO



Mas a Espanha não tinha apenas o compromisso com os Habsburgos austríacos. Outros, ainda maiores, eram os que referiam à manutenção do seu imenso império, espalhado por todos os continentes, exigindo um vulto desproporcionado de recursos materiais e humanos para sua consolidação e defesa, especialmente diante do crescimento dos holandeses, no momento decisivamente superiores aos espanhóis no domínio dos mares, e do contínuo crescimento inglês, manifestados pela intensificação da guerra de corso e pela ocupação, não só de regiões ainda não povoadas, mas pelo ataque a antigas possessões portuguesas, integradas desde a união ibérica, em 1580, no império espanhol.

Os Países Baixos, na divisão do império pela abdicção de Carlos V, tinham ficado adjudicados à Espanha, sob o governo de Filipe II. A política deste soberano trouxera, desde 1572, a revolta, comandada por Guilherme de Orange, sendo proclamada a República. Esta revolta foi seguida da insurreição dos Países Baixos do Sul, tendo à frente os Estados Gerais de Bruxelas. A partir daí, a luta nos Países Baixos adquiriu carácter internacional. Desde o primeiro momento recebeu o apoio de Isabel da Inglaterra e, na França, o almirante Coligny, então no auge de sua influência sobre Carlos IX, tentou levar a uma intervenção, só não realizada pela oposição da Inglaterra, a quem não convinha o alargamento da influência francesa.

Depois de 1580, quando Filipe II proibiu o comércio de holandeses e flamengos com Lisboa, a situação agravou-se acentuadamente, pois representava a asfixia económica dos Países Baixos. A guerra de corso assumiu proporções e audácia crescentes. A destruição, em 1588, da "Invencível Armada" desequilibraria, em favor da Holanda, o predomínio marítimo com a superioridade naval holandesa, estimulada desde 1585 pela aliança inglesa. Nessas condições, passava o império colonial espanhol a ser terrivelmente vulnerável, pela quase imprevisibilidade do local ameaçado, cada vez que circulasse a notícia do aprestamento de uma frota.

A França, ainda que dilacerada internamente pelas chamadas guerras de religião, representava outro adversário a somar-se a holandeses e ingleses, enquanto que a aliada da Espanha, a Áustria, era praticamente destituída de poder naval, em nada podendo auxiliá-la, mesmo que os próprios problemas internos o tivessem permitido.

A fundamental fraqueza espanhola apesar do aparente poderio

"Tão vastos domínios escapavam a toda a estatística; terras e homens pareciam incomensuráveis e inclassificáveis. Era incrível a variedade de climas, de produções, de raças e línguas. O colosso abrangia quase toda a terra . . . O gigante era enorme, mas estava oco. Esqueleto apenas coberto pela pele, sem músculos nem sangue! Só o domínio do mar lhe podia das forças e torná-lo invencível. O mar, para a potência que o possui, não é um fosso que separa; é um feixe de infinitos caminhos que ligam e fortificam. É também o maior e mais invencível obstáculo ao desenvolvimento de qualquer rival, porque a superioridade marítima é o resultado de muitas outras superioridades, e, portanto, só se alcança depois de um longo acumular de trabalhos e de uma capitalização copiosa, síntese de outras vitórias parciais. Quem toma a dianteira nesse caminho conserva-a muito tempo."²

Pois essa marinha, tão necessária para a manutenção do império colonial, era o verdadeiro calcanhar de Aquiles da Espanha, porque, apesar de já haver decorrido quase um século do início das navegações espanholas, a marinha de guerra espanhola "não era, então, propriamente falando, uma marinha de estado, isto é, de propriedade da coroa ou da nação. As esquadras, como na Idade Média, formavam-se por via de arrendamento com armadores particulares e marinheiros espanhóis ou estrangeiros, os quais, fácil é compreendê-lo, impunham muitas vezes condições leoninas".³

Não existiam estaleiros nacionais, e a preparação de uma frota iria depender de contratos com estaleiros particulares, ou então da requisição de navios mercantes, que seriam artilhados para o combate, o que representava o princípio da destruição da marinha mercante tão necessária para o desenvolvimento e manutenção do império.⁴

Também o recrutamento continuava como no tempo de Colombo: abriam-se as portas das prisões para a formação das equipagens ou então eram utilizados os condenados a trabalhos forçados, resultando em deserções constantes.⁵

Com a decadência naval da Espanha, tornou-se cada vez mais difícil e mais onerosa a manutenção de uma força regular, tornando-se necessário, cada vez, o lançamento de impostos ou contribuições especiais.

E isto representava outro problema. Tanto Portugal como a Espanha tinham desenvolvido um sistema em que o município era a base da organização político-administrativa. Permanecia o sistema da convocação das cortes para o lançamento de novos impostos, e, mais do que um império centralizado, era a Espanha uma verdadeira federação, com as cortes da Catalunha, Aragão, Castela e Portugal, de cuja aprovação dependia o lançamento do imposto, ou então, da votação pelas Câmaras Municipais. Ora, foram muitas as vezes que as cortes se opuseram à elevação de impostos, e as próprias Câmaras Municipais faziam da dilatação uma arma, tomando demorado e incerto o levantamento de fundos, o que depois se refletia, não só no número e potência dos navios, mas também na perda do momento certo e oportuno para o êxito do esforço.

Filipe II tentaria diminuir um pouco essa autonomia, mas deteve-se antes de chegar a um resultado real, e, quando da sucessão de Portugal, comprometeu-se a respeitar essa autonomia que respeitou "religiosamente".⁶

Mais tarde, Olivares, com resultados desastrosos, e já numa época crítica, tentou realizar essa unificação. Foi obrigado a demitir-se antes de alcançá-la. A unificação só seria alcançada no século XVIII, já sob o governo dos Bourbons, que imitaram Luís XIV.

Quebrada, com a derrota da "Invencível Armada", a superioridade espanhola, a manutenção do império iria depender da possibilidade de defesa dele próprio, independentemente do auxílio da metrópole, ou então de um esforço concentrado, num determinado momento e num determinado lugar, para de um golpe restabelecer a soberania.

O crescimento dos adversários

Esse processo de decadência, na Espanha, já grave pelas dificuldades internas e pelas necessidades do seu imenso império colonial, tornava-se crítico pela situação européia e pelo crescimento dos seus adversários.

Desde a fase final dos descobrimentos e inicial da colonização, enfrentaram Portugal e Espanha o problema representado pela guerra de corso.

Entre 1500 e 1530, foi de cerca de 300 o número de navios apresados pelos corsários franceses. Mas, a esse período, em que predominava a guerra de corso, visando aos lucros proporcionados pelo saque, seguia-se, freqüentemente, a tentativa de efetiva ocupação do solo. É o que fazem os franceses, em 1555, no Rio de Janeiro e, em 1612, no Maranhão, esta já durante a União Ibérica.

Os ingleses também madrugaram na guerra de corso. A princípio, quase exclusivamente contra as colônias e armadas espanholas, mas, a partir de 1580, começaram a "descobrir" o litoral brasileiro.

Em 1583, além da passagem de Drake, é Fenton que ataca a vila de Santos. Em 1587, são os corsários Robert Withington e Christopher Lister que atacam a cidade do Salvador e assolam o Recôncavo. Em 1591, é o ataque de Cavendish a São Vicente e Santos, seguindo-se, em 1594, pelo mesmo, o ataque ao porto do Recife.

Nesse mesmo ano começam os reconhecimentos ingleses na região do estuário amazônico, seguindo-se o seu estabelecimento, bem como o dos holandeses (1600), nessa região, com a fundação de feitoria e a construção de fortificações.

Mais do que franceses e ingleses, porém, avultava o crescimento dos holandeses, porque aqueles se dedicavam à guerra de corso, incômoda às populações coloniais e prejudiciais à metrópole, mas sem ameaçar seriamente o domínio colonial. As tentativas francesas no Rio de Janeiro e no Maranhão foram empresas particulares, que praticamente esgotavam seus recursos na preparação inicial, tornando-se aleatório e difícil o socorro posterior. Isto tornou possível a expulsão dos mesmos, com algum auxílio da metrópole, mas, fundamentalmente, pelos recursos levantados na própria colônia.

Bem diverso foi o caso holandês. A organização das Companhias de Comércio, a proteção dispensada pelas autoridades, a organização da conquista em função da expansão comercial, com o escalonamento dos objetivos, a abundância e a renovação dos recursos empregados, tudo isso resultaria, em contrapartida, na necessidade de uma mobilização avultada de recursos, bem maiores do que os porventura existentes nas colônias. E, quando faltavam esses socorros da metrópole, ou advinha a perda pura e simples das colônias, ou a dominação ameaçava prolongar-se quase indefinidamente. Agora não bastariam cinco navios, como na expedição guarda-costas de Cristóvão Jacques, em 1526.

Com isto concorda um historiador inglês: "O orgulho pelos feitos memoráveis dos aventureiros da época de Elisabeth (com a exaltada admiração que hoje cerca a nova era elisabetana) não nos deve deixar cegos para o fato de ter sido a Holanda, e não a Inglaterra que, no curso da primeira metade do século XVII, fez dobrar a espinha ao poder marítimo das nações ibéricas. Os assaltos aos estabelecimentos espanhóis da costa caraíba podem ter produzido irritação e criado dificuldades ao rei Filipe; mas não abala-

ram seriamente o poderio da Espanha. No ano de 1600, nem uma polegada sequer do domínio colonial havia sido arrebatada ao domínio de Espanha e de Portugal, que formava em torno do globo um cinturão intato, desde Macau, na China, até Callao, no Peru.⁷

A guerra contra os espanhóis, iniciada pelas Províncias Unidas em 1572, prosseguiria até 1609, com resultados maiores ou menores, mas sem um perigo real para a sua independência conquistada, dado o decidido apoio da Inglaterra. Contudo, se a sua independência não corria perigo, as dificuldades do comércio, vital para elas, exigiam uma modificação de atitude e uma mobilização de recursos.

A primeira associação nesse sentido destinava-se a forçar o comércio na Guiné e no Oriente, seguida logo, em 1594, pela criação, na Holanda e Zelândia, da "Companhia das Índias", que teria sede em Java, realizando-se em decorrência disso a viagem de Van Houtman à Ilha de Sonda, na Insulíndia, partindo da Holanda em 1595. Não foi difícil a realização desta expedição, pois nela ia, dirigindo a rota, quem já muito trabalhara como piloto a serviço dos portugueses no Oriente.⁸

Em 1596, os banqueiros de Amsterdam, então, talvez os mais importantes da Europa, organizaram uma expedição para buscar uma passagem até a Índia, dobrando a América do Sul.⁹ Esta expedição foi comandada por Olivier van Noord, com escalas no Rio Doce e no Rio de Janeiro (9-5-1599), onde não foi bem recebido, e, depois de contornar pelo sul o continente americano, chegou até as Filipinas, tendo fracassado na tentativa de se estabelecer no Chile.¹⁰

Esse avanço não se efetivava, entretanto, sem fracassos: em 1596, apesar da superioridade das forças de ataque, a guarnição portuguesa de S. Jorge da Mina forçou os atacantes à retirada.

Mas, no Oriente começava a tomar forma o domínio holandês com estabelecimentos em Mori, Burti, Kermantine e Komanda¹¹ no ano de 1598, e em Banda no ano seguinte, ao mesmo tempo que chegavam ao Japão, iniciando as primeiras tentativas de relações comerciais. Assim, a guerra das Províncias Unidas contra a Espanha estendia-se até o Oriente. A rota das especiarias, até então de exclusividade dos portugueses, tornava-se teatro de violenta competição comercial e aberta pirataria.

Também nesse ano (1599), era organizada uma formidável expedição, contando com 70 navios, sob o comando de Pieter van der Does, com a incumbência de conquistar qualquer região das Índias Ocidentais. Depois de saquear as ilhas Canárias, com tão grande resultado que exigiu para o transporte o regresso de metade das naus, rumou para a costa africana, conquistando a ilha de São Tomé. A morte de 1200 homens, inclusive van der Does, em consequência da febre amarela, praticamente aniquilou a expedição. O novo comandante, Leynsen, desistiu de tentar um estabelecimento na América, limitando-se a enviar ao Brasil 7 navios, sob o comando de Hartman e Broer, e regressou à Holanda.¹²

O ataque de Hartman e Broer à Bahia efetuou-se na véspera do Natal de 1599 e, apesar da decidida oposição do governador interino, Álvaro de Carvalho, que chegou do interior a tempo de evitar a queda da cidade, permaneceram os atacantes durante 55 dias assolando o recôncavo, retirando-se depois com boa presa¹³, e com notícia da pouca eficiência das defesas da cidade.

Mesmo que do ponto de vista da expansão do domínio territorial os resultados fossem ainda restritos, o lucro proveniente dos saques e do apresamento de navios estimularam a fundação de diversas outras companhias de comércio, para exploração de um filão que parecia inesgotável. Contudo, não foi só na Holanda que elas se desenvolveram. No ano de 1600, em Londres, surgia a Companhia das Índias, criada por iniciativa do governo inglês e aberta a todos os comerciantes do país, o que trouxe um novo e temível adversário às companhias holandesas.¹⁴

Apesar do crescimento das feitorias no Oriente, com o estabelecimento, em 1601, no Annam, começava a esboçar-se uma crise. Para enfrentá-la, como primeira medida e sob a pressão de Oldenbarneveldt, juntaram-se algumas companhias para integrar a Companhia Geral das Índias Orientais, em 1602, com o enorme capital para a época de 6.500.000 florins, recebendo dos Estados Gerais a concessão do monopólio do comércio com a Índia. Esta associação de iniciativa privada, largamente sustentada pelos poderes públicos, ensejou um crescimento extraordinário da potência naval¹⁵ e um aumento de agressividade nas operações em que, no dizer de Barlaeus "nossos mercadores se fizeram guerreiros, e nossos guerreiros se fizeram mercadores, defendendo uns o seu bom nome e segurança, e os outros os seus interesses".¹⁶

Mesmo que a morte de Isabel I tivesse trazido um pequeno desafogo para a Espanha, com o restabelecimento da paz com a Inglaterra, em 1604, a ação da Campanha Inglesa da Índia tomou, de início, uma posição nitidamente favorável à Companhia Geral das Índias Orientais para quebrar o monopólio português ainda mantido no Oriente.¹⁷

Em 1604 ainda, os holandeses infrutiferamente atacaram Moçambique e Macau. Em 1605, a ilha de Amboino é conquistada aos portugueses; no ano seguinte destruíram poderosa força naval portuguesa em Málaca, obrigando a corte espanhola a diversos avisos aos mais distantes e diferentes pontos do seu imenso império colonial, a cada notícia da preparação de uma frota na Holanda, ou à sua saída dos portos holandeses.

Em 1604, a Bahia sofreria novo ataque, que será visto adiante, mas os avisos haviam sido remetidos tanto para a Bahia como para o Rio de Janeiro e Pernambuco.

A primeira vitória: A Trégua dos Doze Anos. Expansão durante a Trégua

Essa já visível superioridade naval punha em risco todo o império espanhol, e o sinal de alarme foi a destruição de uma armada espanhola diante de Gibraltar. Isto levou o governo da Espanha a firmar com as Províncias Unidas a Trégua dos Doze Anos (1609), "que reconhecia aos holandeses o direito — negado aos próprios espanhóis — de negociar com as Índias"¹⁸ "tratando de igual para igual com o rei Filipe III da Espanha, estas (as Províncias unidas) apareciam como uma grande potência naval".¹⁹

A Trégua referia-se apenas à Europa e às colônias espanholas, ficando, por lapso ou deliberadamente, ignora-se, aparentemente excluídas da trégua as colônias portuguesas, assim o entenderam os Estados Gerais da Holanda, onde, apesar de oposição do grande pensionário Oldenbarneveldt, prevaleceu a idéia contrária, favorável a estabeleci-

mentos no continente americano, idéias de Usselincx, cuja influência era crescente, mesmo sem pertencer aos Estados Gerais.

Em 1610, termina a fase exclusivamente marítima e inicia-se a colonização sistematizada e a organização administrativa. Foi criado em Bantam, na ilha de Java, um governo geral, subordinado à Campanha Geral das Índias Orientais, com a assistência de um conselho, e responsável pela administração, defesa, fortificação das feitorias e com a atribuição de garantir o monopólio comercial na região. A conquista de Ceilão e o estabelecimento da primeira feitoria no Japão marcam o novo surto holandês no Oriente.

Mas não era apenas o Oriente a meta fixada pelos comerciantes holandeses. Desde 1600, começa o seu estabelecimento no estuário amazônico e, em 1614, fundaram no local de antiga feitoria belga, onde hoje se ergue a cidade de Nova York, a colônia de Nova Amsterdã, que teve imediato e impressionante desenvolvimento, tornando-se logo um mercado verdadeiramente cosmopolita.²⁰

Inferiorizados no Atlântico e no Índico, os portugueses reagiram, partindo para a guerra de corso, com o único resultado de aumentar as próprias perdas. De cerca de 150 navios partidos de Goa entre 1580 e 1618, naufragaram 57, quase todos debaixo da artilharia holandesa²¹ e, na carreira do Brasil, apenas no ano de 1616, o número de navios apresados alcança a 28, número que crescerá nos anos seguintes.²²

Avalia-se a euforia e a sensação de vitória nas palavras de Barlaeus: "Nas primeiras expedições, nem sempre tivemos a fortuna próspera, e ficaram duvidosos os resultados dessas audazes empresas, à conta dos trabalhos, despesas e perigos. Entretanto, aumentando com os próprios prejuízos a coragem dos mercadores e buscando-se esperança no próprio desalento, venceram-se as dificuldades que os estorvavam, e cresceram desde então os lucros a tal ponto que as ações de cada um dos sócios da Companhia subiram a mais do quádruplo . . . Despenseiros agora e distribuidores de tantas riquezas, vendemos a outras nações as mercadorias dantes compradas aos venezianos e espanhóis, e monopolizamos algumas que foram antes a veniaga de outros. E não é insignificante hoje o nosso tráfico e domínio no Oriente. Navegamos o Golfo Arábico e Pérsico e as costas da Pérsia. Fizemos nossas as ilhas das Molucas. Edificamos em várias ilhas: Taprobana, hoje Samatra [sic], Java, a maior Tajovana ou Formosa e outras. Ficamos sabendo quais são as Síndas e Burussas de Ptolomeu. Entabulamos relações, comerciais com os Chins e Japões. Mandamos frotas para aquém e para além do Indo e do Ganges. Conquistamos a Aúrea Quersoneso ou Málaca. Comerciamos ali, damos notícias dos reinos de Cambala, Narsinga, Malabar, Orixá, Bengala, Pegu, Sião e Camboja. Visitamos ou admiramos Ormuz, Ispaño, Coromandel, Goa, Calecute, os empórios de Alderabade às margens do Indo, de Bengala junto ao Ganges e de Bantão noutra parte. Afizemo-nos a ouvir os títulos dos soberanos asiáticos: "sufis" ou reis da Pérsia, o "grão-mogol", o "micado" ou imperador do Japão. Ligados, em muitos lugares aos reis por laços de amizade e por tratados, defendemo-lhes as cidades e as fortalezas da violência e ciladas de inimigos mais poderosos."²³

Este verdadeiro canto de vitória, escrito em 1647, quando ainda perdurava o apogeu holandês, não fica apenas na admiração pela área de influência atingida, mas desce ao corolário prático: "Os tesouros e o dinheiro da Campanha, força e nervo do comércio, já em localidades do litoral, já no interior, ocupam agentes, instidores, contabilistas, para

que o Oriente inteiro, dominado pelo tráfico dos nossos patrícios, se desenvolva com os capitais dos holandeses e se enriqueça com os seus negócios. E assim, fundando colônias, já não seremos tidos por estrangeiros, mas por nacionais. Nos armazéns e trapiches da Holanda, vemos todos os produtos das vastas plagas orientais, e nós, filhos do Norte, comemos os frutos nascidos no Levante. São veniagens nossas a pimenta, o macis, a noz moscada, a canela, o cravo, o bórax, o benjoim, o almíscar, o estoraque, o sândalo, a cochonilha, o índigo, o benzoar, o sangue de drago, o incenso, a goma-guta, a mirra, as cubelas, o ruibarbo, o açúcar, o salitre, a goma-laca, o gengibre, o diamante, muita seda bruta e tecido, tapetes, porcelana da China, que talvez sejam os vasos mirrinos dos antigos . . . Destas expedições adveio à República não pequena força e lustre, no momento em que combatia contra inimigo fortíssimo; porquanto, desbaratando-se no Oriente o exército do Rei, se lhe arrebatarem ilhas, portos e fortalezas, e se desfizeram tratados que celebrara com povos e soberanos."²⁴

A esta euforia de um holandês corresponde, em contrapartida, a melancólica conclusão de um autor português: "Na África sucediam iguais descalabros. Os holandeses talaram São Tomé, apoderaram-se dos nossos entrepostos de Gabão e Fernando Pó, e mesmo na Mina traficavam eles impunemente com injúrias e grossíssimos malefícios aos portugueses. Do Cabo verde à Guiné, e no litoral de Angola, já não dominávamos como senhores absolutos: parecíamos tolerados pela marinha dos Países Baixos."²⁵

O Brasil no império espanhol

O "Tratado Descritivo do Brasil" de Gabriel Soares de Sousa é um retrato fiel do Brasil, pouco depois da passagem para o domínio espanhol (1587). Iniciando a descrição da costa pela foz do rio Amazonas, apenas no litoral paraibano surge a primeira indicação da ocupação portuguesa, e esta mesma recente, pois realizada dois anos antes. No litoral nordestino, as Capitânicas de Itamaracá e de Pernambuco apresentavam-se ocupadas, mais esta que aquela, seguindo-se um vazio até as imediações da Cidade do Salvador, cabeça da Colônia, em que se destaca a torre de Garcia d'Ávila. Aponta a vila de Ilhéus e depois a de Porto Seguro, com duas povoações próximas, Santo Amaro e Santa Cruz, não esquecendo de acrescentar "quase despovoadas de todo; e a vila de Porto Seguro está mais danificada e falta de moradores".²⁶ No Espírito Santo, as duas povoações: Vila Velha e Vila de Nossa Senhora da Vitória e alguns engenhos e fazendas,²⁷ seguindo-se uma costa despovoadas, com a anotação freqüente "costumavam os franceses entrar por este rio pequeno e carregar pau-brasil",²⁸ para só no Rio de Janeiro aparecer outra cidade, destacando-lhe as possibilidades de defesa. Daí em diante alguns povoados (Ilha Grande, Angra dos Reis, Porto dos Porcos), depois apenas os povoados da costa paulista: Santos, Santo Amaro, São Vicente e Cananéia.

É o "Tratado Descritivo do Brasil" o ponto de partida, com outra documentação da época para o estabelecimento de uma estatística da população do Brasil em 1584, calculada em cerca de 57.000 habitantes,²⁹ distribuídos da seguinte forma:

| Capitanias | Branços | Índios | Negros | Total |
|----------------|---------|--------|--------|----------------------|
| Itamaracá | 250 | — | — | 250 |
| Pernambuco | 8.000 | 2.000 | 10.000 | 20.000 |
| Bahia | 12.000 | 8.000 | 4.000 | 24.000 |
| Ilhéus | 750 | — | — | 750 |
| Porto Seguro | 750 | — | — | 750 |
| Espírito Santo | 750 | 4.500 | — | 5.250 |
| Rio de Janeiro | 750 | 3.000 | 100 | 3.850 |
| São Vicente | 1.500 | 1.000 | — | 2.500 |
| Soma: | 24.750 | 18.500 | 14.100 | 57.350 ³⁰ |

Comparada esta estimativa com a feita com base no "Livro que Dá Razão do Estado do Brasil" (1612), parece até otimista, mas, como reconhece o seu comentador, o historiador Hélio Viana, algumas parcelas parecem exíguas e o total incerto pela falta de indicação dos habitantes de diversas das capitanias e pela exclusão dos habitantes da cidade do Salvador.³¹

Ao lado deste aspecto de população diminuta e dispersa, não pode ser esquecido o quanto representavam de preocupação e prejuízo duas constantes ameaças, tantas vezes repetidas na descrição de Gabriel Soares de Sousa: os corsários e os índios.

Era tal a situação que o cronista adverte: "... mandar fortificar e prover do necessário à sua defesa, o qual está hoje em tamanho perigo, que se nisso caírem os corsários, com mui pequena armada se senhorearão desta província, por razão de não estarem as povoações dela fortificadas, nem terem ordem com que possam resistir a qualquer afronta que se oferecer, de que vivem os moradores dela tão atemorizados que estão sempre com o fato entrouxado para se recolherem para o mato, como fazem com a vista de qualquer nau grande, temendo-se serem corsários, a cuja afronta deve Sua Majestade acudir com muita brevidade, pois há perigo na tardança, o que não convém que haja, porque se os estrangeiros se apoderarem desta terra custará muito lançá-los fora dela, pelo grande aparelho que têm para nela se fortificarem, com o que se inquietará toda a Espanha e custará a vida de muitos capitães e soldados, e muitos milhões de ouro em armadas e no aparelho delas, ao que agora se pode atalhar acudindo-lhe com a presteza devida".³²

Estas palavras, que parecem proféticas, nada mais eram que a verificação do que já ocorria com tanta freqüência e que o crescimento do poderio holandês viria logo a confirmar. O que não é passível de dúvida é o estado de fraqueza em que estava o Brasil na época e que a sua conservação praticamente dependera da até então superioridade efetiva de Portugal, a princípio, e depois da Espanha, até a destruição da "Invencível Armada", em relação aos seus possíveis adversários. Mas, depois disso, a situação mudara.

A importância da Cidade do Salvador e a posição estratégica do Brasil

O aumento da navegação holandesa com o paralelo acréscimo de sua pirataria, iria mostrar em breve a importância estratégica da posição do Brasil no Atlântico Sul.

Toda a navegação que se dirigisse ao Oceano Índico seguindo a carreira da Índia, encontrava no Brasil, e especialmente no porto de Salvador o seu ponto de apoio, sendo numerosas as naus dessa carreira que aportavam no Brasil, mesmo quando a proibição dessa escala foi estabelecida.

"Da extensa rede de portos, que (Portugal) manterá em sua empresa ultramarina, distribuídos pelas costas européias, africanas, americanas e asiáticas, o do Salvador, na Bahia, terá excepcional papel. Será mesmo uma segunda capital do Atlântico português."³³

Três aspectos principais mostram essa importância da cidade do Salvador. Em primeiro lugar, apesar da precariedade das condições, possuía a cidade um estaleiro, criado ainda no tempo do primeiro governador geral, e que depois do primeiro ano de funcionamento lançara ao mar a caravela "Rainha" e o bergantim "São Tomé".³⁴ Mais concludente é a informação dada no "Livro que Dá Razão do Estado do Brasil", na época do crescimento da atividade dos corsários holandeses: "Nesta consideração, no ano de seiscentos e nove mandou o governador D. Diogo de Menezes fazer o orçamento seguinte a Manuel Antônio, mestre carpinteiro que foi da Ribeira desta cidade de Lisboa, para saber o que poderia custar e custava naquele tempo, na dita Bahia, uma nau de quatrocentas toneladas",³⁵ do qual se infere a atividade de um mestre carpinteiro, enviado de Lisboa, seguramente para garantir a continuidade dos serviços de reparação das naus. Outra informação indireta é encontrada no "Tratado Descritivo do Brasil em 1587", de Gabriel Soares de Sousa: "Parecerá impossível achar-se na Bahia aparelho de estopa para se calafetarem as naus galeões e galés que se podem fazer nela, para o que tem facilíssimo remédio; porque há nos matos desta província infinidade de árvores que dão embira, . . . a qual embira . . . como está pisada é muito branda, e desta embira se calafetam as naus que se fazem no Brasil, e todas as embarcações; . . . a qual para debaixo da água é muito melhor que a estopa, porque não apodrece tanto, e incha muito na água, e as costuras que se calafetam com embira ficam muito mais fixas do que as que se calafetam com estopa . . . e se cuidar quem ler estes apontamentos que não haverá oficiais que não calafetem estas embarcações, afirmo-lhes que há estantes na Bahia mais de duas dúzias, e achar-se-ão nos navios, que sempre estão no porto, dez ou doze, que são calafates das mesmas naus, e há muitos escravos, também, na terra, que são calafates por si sós, e à sombra de quem, o sabem bem fazer".³⁶ Em comentário, acrescenta Varnhagen: "Dá uma idéia da prosperidade da Bahia, em 1587, o haver aí 240 carpinteiros e 50 tendas de ferreiros com seus obreiros".³⁷ Com tantos calafates e carpinteiros, parece inegável que uma das principais atividades da Bahia referia-se ao reparo das embarcações, ainda antes do fim do século XVI. E mesmo com a oposição dos senhores de engenho³⁸ essa atividade não cessou. Pelo contrário, "a arte naval brasileira chegou a realizar prodígios, se levarmos em conta a precariedade de meios em que sempre se debateu. Tudo era importado, desde o mais pequeno parafuso, às máquinas mais complexas. Sem embargo, o que foi

feito ultrapassa, de muito, as perspectivas do senso comum. Dos estabelecimentos então criados, o que mais se desenvolveu e produziu resultados tangíveis foi o da Bahia, fundado ao tempo do governo de D. Francisco de Souza (1591-1602)".³⁹

Mesmo com todas as deficiências, desempenhava um papel de inegável importância: "A ribeira das naus, em Salvador, limitou-se no princípio às tarefas mais simples de reparo das embarcações. Embora contasse com precárias instalações, o incipiente arsenal passou a representar, não obstante, poderoso papel no êxito das travessias atlânticas."⁴⁰

Em segundo lugar, a importância do Brasil, e em particular da Bahia, avulta nos contatos com a África: "A liderança que o Brasil ofereceu em relação às demais colônias foi inquestionável, nascendo daí o fato de, pelo menos com a África, termos mantido, principalmente através da Bahia, mais assíduas relações que a própria metrópole."⁴¹ Esse papel do Brasil ficaria demonstrado, em 1648, de maneira cabal, quando a metrópole, absorvida com a luta contra a Espanha, teve Angola restituída à sua soberania pela expedição organizada no Rio de Janeiro por Salvador Correia de Sá e Benevides.

Pela sua posição estratégica, se o Brasil viesse a ser ocupado por estrangeiros, todo o caminho para a Índia estaria constantemente ameaçado, mas não apenas isso, pois inexistindo o canal de Panamá, grande parte das comunicações com o Rio de Prata, com o Chile e os outros estabelecimentos espanhóis do Pacífico, ficariam igualmente sob constante ameaça. O que já se verificara com a expedição de van Noord, já referida, repetiu-se nos anos de 1614 e 1615, com a expedição de seis navios, sob o comando do Almirante Joris van Spilbergen, que fora enviado pela Companhia das Índias Orientais, no propósito de encontrar um caminho mais curto para as Molucas, pelo estreito de Magalhães. Recebido com hostilidade em diversos pontos da costa brasileira (Ilha Grande, Santos e Rio de Janeiro), teve até recusada a proposta de trocar alguns holandeses retidos no Rio de Janeiro, pelo produto da presa de uma caravela portuguesa carregada de prata e objetos religiosos "dando com esta negativa, que feria seus próprios interesses, uma prova de seu encarniçado rancor aos holandeses"⁴², ou, o que seria mais correto, aos que se dedicavam ao corso e ao saque.

Esta esquadra, depois de entrar no Oceano Pacífico, saqueou e incendiou algumas povoações chilenas, apresou um galeão espanhol carregado de prata e, entre Arica e Callao, destruiu uma armada espanhola constituída de oito galeões e que devia interceptá-los (17-7-1615). "Esta derrota custou à Espanha quatro grandes galeões e, entre os mortos, que se elevaram a cerca de mil, os próprios almirante e vice-almirante."⁴³ Fora a primeira vitória completa contra os espanhóis em águas americanas do Pacífico. E, convém observar, deu-se esse combate durante a plena vigência da Trégua dos Doze Anos.

Assim, a ocupação do Brasil pelos holandeses representaria um golpe profundo e decisivo no império colonial espanhol.

Em terceiro lugar, além de ser a capital do Brasil, era a cidade do Salvador o centro da região mais povoada. Concentrava, pela estimativa da população em 1584 cerca da metade da população branca existente no Brasil e pouco menos que a metade da população geral. Localizada no centro do litoral brasileiro colonizado, a sua ocupação corresponderia a um golpe decisivo para a ocupação de todo o restante, que não disporia de condições para sustentar-se, seccionando qualquer ligação entre Pernambuco, o centro

mais povoado ao norte, com o Rio de Janeiro e São Vicente, os centros mais importantes ao Sul.

Providências defensivas anteriores e posteriores ao ataque de Paulus van Caarden, em 1604

Desde a passagem do Brasil para o domínio espanhol, a corte de Madri compreendeu de imediato os dois problemas fundamentais da fragilidade do Brasil diante de qualquer ataque estrangeiro. Um residia na deficiência de suas defesas, outro na falta de continuidade de ocupação, além do hábito já estabelecido do contrabando nas suas costas.

Para atalhar essas deficiências algumas medidas foram tomadas. O estímulo para o povoamento, através do Alvará de 8 de dezembro de 1590, sobre a distribuição de terras aos colonos, veio regularizar uma questão até então deixada ao arbítrio dos donatários ou do governo. Para melhorar as condições da defesa da terra, Filipe I determinou que todas as rendas da Fazenda Real no Brasil, anteriormente enviadas a Lisboa, fossem aqui mesmo empregadas no desenvolvimento de um sistema de fortificações.⁴⁴ Também começou uma atividade maior para varrer, da costa, os corsários e contrabandistas. Em 1582, a armada espanhola de Diogo Flores Valdez, destinada ao Estreito de Magalhães, tanto na viagem de ida, como na de volta, perseguiu os corsários, e, mais ainda, atendeu prontamente ao pedido do governador Teles Barreto e cooperou decisivamente para a expedição que deu início à ocupação da Paraíba, contribuindo para a construção do arraial fortificado de São Filipe e Santiago e deixando-lhe uma guarnição sob o comando de Francisco Castejon.

A partir daí, vai-se operando sistematicamente a ocupação do litoral norte e a ligação entre as áreas ocupadas. Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará são sucessivamente ocupados. Com recursos levantados principalmente na Bahia, Pernambuco e Ceará, os franceses são desalojados do Maranhão e, em seguida, estabeleceram-se os portugueses na foz do Amazonas, partindo do novo centro fundado (Belém) a iniciativa para expulsão dos holandeses e ingleses estabelecidos na região, destruídas as fortificações por eles levantadas e erguidas outras que marcavam a posse portuguesa nas duas margens do estuário amazônico.

As fortificações agora levantadas, especialmente os fortes de Santa Catarina do Cabedelo e dos Reis Magos, em Natal, oferecem, pelo traçado bem condicionado a suas finalidades, o primeiro aspecto da evolução da arquitetura militar no Brasil.

Mas outras providências seriam tomadas. Em 9 de março de 1588, era nomeado Governador Geral do Brasil Francisco Giraldes, mas essa nomeação traz algumas novidades. "Vinha como auxiliar dele, sargento-mor do Estado, Antônio de Magalhães, principalmente encarregado de inspecionar as obras de defesa"⁴⁵, mas, para encarregar-se delas nomeia o "capitão Alexandre Itiliano, que me ora vai servir de fortificador ao Brasil com Francisco Giraldes, do meu cõselho, que euio como governador daquelas partes . . ."⁴⁶

Também as instruções do Regimento de Francisco Giraldes são minuciosas no referente à defesa:

É recomendado o cuidado para que as armas sejam conservadas limpas e em condições de operar (art.8), que sejam rapidamente distribuídas (art.9), que as fortificações sejam construídas "com traça de quem bem as entende" e que prossigam as iniciadas pelo governador Teles Barreto, verificando se alguma cousa deve ser alterada e que depois envie o engenheiro "que convosco vai" a percorrer as outras capitánias, onde houver necessidade de seu trabalho (Art.10). Ordena ainda, no intuito de garantir a defesa contra os corsários, "que se façam por conta de minha fazenda duas galeotas de até vinte bancos cada uma e duas zavras de sessenta até setenta toneladas (Art.11), cuja manutenção deverá ficar por conta dos senhores de engenho a fim de onerar menos a fazenda real (Art.12). Autoriza a ida de 150 soldados destinados à defesa da cidade do Salvador e que poderão ser empregados onde houver necessidade (Art.15). Fixa o armamento de que deverão dispor os donatários das capitánias e os senhores de engenho (Art.28), bem como a venda de armas existentes no armazém real em quantidade maior que as necessárias para a garantia da defesa (Art.29). Recomenda que os capitães das capitánias comuniquem a ocorrência do aparecimento de corsários, número e poder de seus navios, e que ele, ao receber este aviso, providencie, com os navios de que dispuser, no combate aos mesmos (Art.37), autorizando o pagamento de soldos (Art.38) e a distribuição de dignidades (Art.39). Para garantir, em qualquer momento, a possibilidade de revidar aos ataques, estabelece que todos os domingos e dias santos os oficiais artilheiros instruam os que quiserem aprender (Art.40).⁴⁷

É verdade que algumas destas instruções já constavam de Regimentos anteriores, como a obrigação da existência de armas nos engenhos, que já aparece no Regimento dado a Tomé de Sousa, mas também é verdade que, talvez sob o acicete da crescente atividade dos corsários, é nesse período que tomam um impulso decisivo as obras para a defesa da costa brasileira, sobretudo quando a inferioridade naval ficara estabelecida com a destruição da "Invencível".

Francisco Giraldes jamais chegaria ao Brasil. A sua expedição foi forçada a regressar e nenhum trabalho do engenheiro nomeado é conhecido, sendo provável que nunca tenha vindo ao Brasil, mas a partir daí os postos de sargento-mor e de engenheiro-mor serão providos e o aspecto das novas fortificações é bem superior ao das anteriores, como o demonstram os fortes de Santa Catarina do Cabedelo e o dos Reis Magos em Natal.

O governador a seguir nomeado, D. Francisco de Sousa (1591-1602), teve como auxiliares o sargento-mor Pedro de Oliveira e o fidalgo Florentino Baccio da Filicaya como engenheiro-mor, que, em carta ao Grão-Duque de Toscana, resume sua atividade: "... andando em sua companhia (do governador D. Francisco de Sousa) a visitar todo o Estado e suas fortalezas, ocupou-me em restaurar muitas delas e fortificar outros portos de novo, e justamente me deu o cargo de Capitão de Artilharia, com o qual exercitei muitos bombardeios, e acomodei toda a artilharia de ditas praças fortes".⁴⁸

D. Francisco de Sousa cuidou das defesas da cidade mandando construir trincheiras onde não existiam muros, refez alguns pontos da muralha, prosseguiu as fortificações iniciadas por Teles Barreto (Santo Antônio da Barra e São Filipe de Monserrate) e cuidou da construção de outras fortificações e plataformas para defesa da praia (Fortes de São Francisco e de São Tiago da Água dos Meninos e plataforma de Santa Bárbara).⁴⁹

Diogo Botelho (1601-1608), seu sucessor, tomou posse do governo da vila de Olinda e permaneceu em Pernambuco durante quase ano e meio, regularizando muitas questões e cuidando das fortificações. Pouco depois de chegar à Bahia recebia o seguinte aviso:

"Diogo Botelho, amigo. Eu El Rei vos envio muito saudar. Por aviso certo que tive, soube que nas ilhas de Holanda e Zelândia se ficavam acabando de aprestar e por em ordem até trinta navios, com muita gente e munições, para fazerem alguma empresa, e partirem com brevidade; e porque, por certas conjecturas, se suspeita que se faz esta armada com desenho de ir acometer esse Estado do Brasil, pela Bahia ou Rio de Janeiro, me pareceu fazer-vos-lo saber, em duas caravelas que mando com este aviso que iam uma a Pernambuco e outra a Bahia. E também levam cartas minhas para os capitães das ditas capitânicas, em que assim lhos significo, em caso em que não estejais em alguma delas, e onde chegar a minha carta para o capitão do Rio de Janeiro, lha mandareis logo para que por qualquer via tenha este aviso. Pelo que vos encomendo que desde logo vos apercebeis e estejais aparelhado de tudo que vos parecer que convém, para que por qualquer parte que o inimigo acometer esse Estado, ache toda a prevenção, com a resistência e defesa necessária: e nesta ocasião confio que vos hajais de maneira e deis de vós tão boa conta como de vossa pessoa espero, e conforme à minha confiança que de vós tenho. Nestas caravelas vos mando cem quintais de pólvora para se repartirem pelas ditas capitânicas e estarem dela melhor providas. Escrita em Lisboa, a doze de dezembro de mil seis centos e três. O Bispo Conde."⁵⁰

Os votos do Bispo Conde D. Pedro de Castilho, Vice-Rei de Portugal, foram plenamente cumpridos, pois a esquadra de Paulus van Caarden, composta de 7 navios com 142 bocas de fogo, encontrou uma resistência feroz, comandada pessoalmente pelo governador, que, durante os 42 dias que durou o ataque, permaneceu sempre na praia perto da Igreja da Conceição, recusando todas as propostas de suspensão do ataque mediante o pagamento de resgate.⁵¹ A conduta do governador foi altamente elogiada pelo Rei em carta de 22 de janeiro de 1605.⁵²

Após o frustrado ataque à Bahia, em julho e agosto de 1604, a esquadra de van Caarden tentou atacar Pernambuco, mas foi afastada pela reação comandada por Alexandre de Moura, capitão dessa Capitania, que relata os sucessos ocorridos em setembro, dizendo terem sido as únicas baixas o apresamento de uma urca carregada de açúcar e a queima de outra embarcação.⁵³

O ataque de van Caarden, ainda que mal sucedido, mostrara sobejamente a deficiência dos meios de defesa da Bahia. O "Livro que Dá Razão do Estado do Brasil", de Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Brasil, diz claramente "... a cidade é uma aldeia aberta, exposta a todos os perigos, enquanto aquela parte se não fortificar ... que até o ano de seiscentos e quatro foi acometida quatro vezes de armadas inimigas e em duas se livrou mais por fortuna que por razão de guerra".⁵⁴

A lição seria aproveitada. Já em 1603 havia sido nomeado engenheiro-mor do Estado do Brasil o engenheiro Francisco de Frias, que aqui trabalharia por mais de trinta anos.⁵⁵ Talvez sejam dele (ou de Leonardo Turiano, segundo Diogo de Campos) as plantas das fortificações que o governador Botelho remeteu à corte, pelo próprio sargento-mor Diogo de Campos Moreno, com o fito de insistir na urgência das mesmas e na necessidade de armas e munições. Em julho de 1605, estavam essas plantas em mãos do

Rei, já havendo passado pelo Conselho da Índia, mas somente em dezembro a decisão real aprova as fortificações, recomendando que, na construção, fossem seguidas as indicações de Tibúrcio Espanocci, engenheiro-mor da Espanha⁵⁶, devendo a despesa correr pelo tributo denominado "imposição do vinho", e na mesma ocasião ordena a remessa de armas e munições a serem repartidas pelas capitânicas. Estando já inteiramente destinada à obra das fortificações a imposição do vinho e havendo necessidade de maiores quantias, o Rei aprovou o parecer do Conselho da Fazenda para que os 20.000 cruzados que ordenara para as fortificações da Bahia e Pernambuco, corresse pelo contrato dos dízimos (1606).⁵⁷

Desta maneira as fortificações avançavam, ainda que lentamente, não só na Bahia e em Pernambuco, mas também no Rio de Janeiro, durante o governo de Martim de Sá (1602-1608).

Mas os holandeses não se limitavam a ataques esporádicos, exerciam constantemente ativo comércio e contrabando, valendo-se da extensão da terra escassamente povoada e mesmo da complacência ou cumplicidade de autoridades, o que provocava avisos, protestos e mesmo abertura de sindicâncias com recomendações constantes da proibição do comércio com estrangeiros e aprisionamento de seus barcos.⁵⁸ Havia motivos para esses cuidados, pois alguns dos que exerceram esse comércio informaram sobre as riquezas e a fraqueza do Brasil, sendo que um deles (Francisco Duclis) seria um dos capitães no ataque holandês à Bahia em 1624 e um dos que assinaram a rendição da cidade em 1625.

Essa atividade defensiva continuaria com o sucessor de Diogo Botelho, D. Diogo de Menezes e Siqueira, que levantou o forte de São Diogo, citado por Diogo de Campos Moreno como a melhor das fortificações da Bahia.

Depois de D. Diogo de Menezes, os problemas se avolumariam com o estabelecimento dos franceses no Maranhão, mas as providências do governador Gaspar de Sousa (1612 e 1617-1/1) e o apoio dado pela Capitania de Pernambuco foram coroadas de êxito, atalhando logo o perigo. Esta vitória abriu as portas da Amazônia aos portugueses.

1621 – O rompimento da Trégua dos Doze Anos e a fundação da Companhia das Índias Ocidentais

O ano de 1621 iria trazer modificações fundamentais na política espanhola. O rei Filipe III, II de Portugal, falecera depois de um reinado relativamente curto, com menos de 45 anos de idade. Ainda que totalmente incapaz para o governo, compreendia que a franqueza em que estava a Espanha só poderia agravar-se com a continuação das guerras e procurara, ao lado da manutenção da paz, aumentar a sua influência através de uma política dinástica de uniões matrimoniais, que trouxera reais vantagens para a Espanha. Mesmo com as Províncias Unidas estabelecera a Trégua dos Doze Anos que, apesar de não ter sido respeitada por nenhuma das partes, trouxera um certo desafogo que permitira uma série de medidas defensivas no império colonial espanhol. A própria inter-

venção de numerosos exércitos espanhóis na guerra dos Trinta Anos fazia-se nessa primeira fase não como uma declaração de guerra, visto que era ainda uma luta interna no Império da Áustria e certos contingentes executaram manobras que podiam ser explicadas como resguardo dos próprios domínios.

Uma de suas derradeiras atividades como soberano fora o aviso aos diversos pontos do seu império colonial da próxima conclusão da Trégua, devendo as autoridades coloniais impedir qualquer trato comercial com os holandeses. Dentro de suas características, parece que não se tratava de uma preparação para a guerra, mas de uma forma de pressão para que as Províncias Unidas, atendendo aos prejuízos que poderiam decorrer, fossem levadas a uma prorrogação da Trégua.

Por sua morte, subiu ao trono seu filho Filipe IV, jovem abúlico de 16 anos de idade, que entregou o governo, inteiramente, a D. Gaspar de Gusman, Conde de Olivares.

Não é aqui lugar para entrar na análise dessa discutida figura que foi, por 22 anos, o senhor absoluto do império espanhol.

Numa das primeiras reuniões do Conselho de Estado, decidiu pelo rompimento da Trégua, o que é considerado o seu primeiro grande erro. Apesar dos votos contrários do Arquiduque Alberto, com sua responsabilidade de governador dos Países Baixos, onde conseguira indiscutíveis êxitos, de D. Baltasar de Zúñiga, conselheiro de Filipe III e figura de grande prestígio na Corte espanhola, à sombra do qual crescera Olivares com o casamento de sua filha, e do Marquês de Spínola, responsável pelo comando militar, a guerra era vista com simpatia pelo povo que julgava ser capaz de fazer desaparecer os prejuízos resultantes da atividade dos corsários, e principalmente pelos dois órgãos responsáveis pela direção dos assuntos coloniais: tanto o Conselho das Índias da Espanha como o Conselho de Estado de Portugal eram contrários à prorrogação da Trégua em virtude da exigência holandesa de liberdade de comércio com a América, África e Índias Orientais. O voto de Olivares, contra a prorrogação, decidiu a questão.⁵⁹

Também na Holanda, a condenação à morte, acusado de traição, de Oldenbarneveldt, tirara aos pacifistas o seu grande campeão.

Logo depois de rompida a trégua, era autorizada pelos Estados Gerais a Companhia da Índias Ocidentais. "Nasceu amparada pelo partido que defendia a guerra e, embora reconhecendo quanto essa empresa foi útil à obra de enfraquecimento da Espanha, não podemos deixar de reconhecer também que ela trouxe na sua origem os germens motivadores de sua rápida decadência. Era mais uma sociedade de armadores coligados, para combater os espanhóis, do que uma companhia de comércio: seus resultados provinham quase exclusivamente das presas feitas ao inimigo. E, por isso, não poderia durar muito tempo. Esses proventos decresciam aos poucos, enquanto as despesas de manutenção das novas colônias aumentavam."⁶⁰

A fim de garantir uma rápida reunião de capitais, seus títulos foram lançados na Holanda e na França. O êxito foi extraordinário. Em Paris, Ruão e La Rochelle somas enormes foram subscritas.⁶¹ A construção naval foi ativada e depois de dois anos de deliberações todo um plano estava delineado. O começo de sua execução em relação às

linhas de comércio no Atlântico tiveram resultados avultados. Se, em 1616, o número de navios apresados alcançara 28, no ano de 1623 elevou-se esse número a 70.⁶²

A direção da Companhia cabia ao Conselho dos XIX, compreendendo 18 conselheiros eleitos como representantes dos principais centros e um indicado pelos Estados Gerais. Foi esse Conselho dos XIX quem definiu o objetivo primeiro da Companhia das Índias Ocidentais: a cidade do Salvador, sede da maior e mais rica colônia portuguesa.

A preparação e o ataque Advertências e precauções defensivas

Decidida a política de iniciar a ocupação de um território na América, a escolha do Brasil estava praticamente determinada. Durante o decorrer da trégua, não tinham ficado inativos os comerciantes holandeses e cerca de dois terços de todo o comércio brasileiro era por eles detido, seja pelo contato direto, seja pela cumplicidade dos comerciantes de Viana e do Porto. As refinarias de açúcar, que antes da trégua eram 4, elevavam-se a 28 por ocasião do seu término, sendo a Holanda quem abastecia de açúcar a França, a Inglaterra e a região do Báltico. Era também o Brasil mercado para os tecidos holandeses.⁶³ Tudo isso ficava ameaçado pelo rompimento da trégua.

Além disso, informações recebidas pelo Conselho dos XIX, por Maurício de Orange e pelos Estados Gerais holandeses, "não poderia empreender aquela Companhia empresa mais fácil, de proveito mais certo ou de maior glória que a conquista do Brasil".⁶⁴

A consideração da extensão da colônia não parecia ser problema, segundo as mesmas informações, pois, "se bem a província era muito grande, não havia em toda ela mais que duas praças principais, Bahia e Pernambuco, as quais, uma vez conquistadas, fortificadas e guarnecidas, ficava segura toda a conquista e a conservação dela. Essas se ganhariam facilmente por uma interpresa estando como todas as mais ao longo do mar aonde poderiam chegar as nossas armadas, e não poderiam dar-se mão pela grande distância duma a outra, nem esperar socorro das outras povoações por serem fracas e mui distantes. Mormente que fora de ser a gente pela maior parte malnascida, fraca, carecia totalmente de disciplina militar e estava com grandíssimo descuido".⁶⁵

As previsões eram as mais otimistas. A preparação da conquista requeria cerca de dois e meio milhões de florins, mas era esperado um lucro anual da ordem de oito milhões de florins, sendo que quase cinco proviriam somente do açúcar. Ao lado deste aspecto comercial eram também analisados os aspectos militares: seria uma excelente base para desfechar mais constantes e profundos ataques aos navios que transportavam os tesouros espanhóis, ou mesmo para atacar as próprias fontes dessa riqueza, especialmente o Peru e o México. Não menos importante o apoio que seria dado às suas colônias na Ásia. Também julgavam preferível atacar uma possessão portuguesa que uma espanhola, por julgarem o soldado espanhol superior ao português e pela grande quantidade de "cristãos novos" entre os portugueses o que poderia trazer menor resistência ou

mais facilidade de colaboração no futuro, conforme "o testemunho de prisioneiros holandeses na Bahia, os quais afiançavam que a comunidade dos marrancos locais preferia ver duas bandeiras de Orange à visita de um inquisidor".⁶⁶

Duas outras razões ainda se impunham, estas apontando mais a Bahia que Pernambuco: as riquezas existentes⁶⁷, especialmente nas igrejas e conventos, e as mais favoráveis condições do porto, quer para a defesa, quer para apoderar-se de um golpe do centro do comércio de escravos, pois era intenção "ter nas mãos o tráfico de Cabo Verde, Guiné e Angola, pois queremos tirar proveito do comércio negreiro com o Brasil, que deve ser mui.o lucrativo".⁶⁸

Finalmente, o golpe contra a Bahia deveria desarticular qualquer capacidade de defesa, tornando mais fácil o alargamento da conquista.

Não que não fossem pesados os riscos, pois previam que a "Espanha reagiria com violência" pela sua situação no continente americano, numa ameaça direta às suas próprias colônias⁶⁹, mas, mesmo que assim fosse, esse revide deveria demorar mais de um ano, o que daria tempo para as providências defensivas e, quanto maior fosse o esforço espanhol, maior e mais rápido seria o esgotamento de seu adversário.

Os historiadores atuais são concordes em afirmar que o objetivo dos holandeses era o da posse efetiva do Brasil, assim José Honório Rodrigues diz que "convém notar que, da parte dos holandeses, o intuito predominante é a posse total da colônia e não apenas de uma parte",⁷⁰ e Joaquim Veríssimo Serrão, "não se tratava apenas de uma dimensão comercial, mas de uma política de conquista no Atlântico o que, à semelhança do que se estava passando no Oriente, ia transformar a Holanda numa grande Potência colonial... a Companhia das Índias Ocidentais era uma empresa de fim expansionista, com meios comerciais e sólida base financeira, tudo ao serviço de uma política de hegemonia ultramarina".⁷¹

Resolvida a questão, era necessário dar andamento aos preparativos. Todo o ano de 1623 foi dedicado aos mesmos. Os estaleiros holandeses trabalharam febrilmente na construção e reparação de navios, ao mesmo tempo que se procedia ao alistamento para as tropas de desembarque e o necessário para o aprovisionamento.

A notícia desses preparativos chegou até Madri, seguindo avisos para as diversas praças das colônias que poderiam ser o alvo dessa expedição excepcional que se preparava.

Na Corte havia quase a certeza de que, em caso de ataque holandês, seria a Bahia o ponto provavelmente visado, daí as recriminações na Corte contra a permanência dos governadores em Olinda, deixando desamparada a cidade do Salvador.

Quando, em 12 de outubro de 1621, chegou à Bahia o novo governador, Diogo de Mendonça Furtado, já trazia as mais minuciosas indicações para providências defensivas em virtude do iminente perigo resultante do reinício da guerra. No cumprimento dessas ordens, esmerou-se D. Diogo em providenciar a reorganização das forças na Bahia, tanto as das Companhias do presidio (tropas regulares), como as de Ordenanças da cidade e do recôncavo. Também tomou providências para que as Capitânicas do Maranhão,

Pernambuco e São Vicente fossem prevenidas e tivessem constante cuidado em manter com titulares todos os cargos com responsabilidade na defesa.

Cuidou especialmente das fortificações para a defesa do litoral e, reconhecendo, como alguns de seus antecessores, a importância que poderia ter para a cidade, do ponto de vista defensivo, a laje que se erguia à pequena distância do porto, deu início à construção de uma fortaleza, que deveria desempenhar importante papel defensivo, caso tivesse sido concluída. Mas, a exigüidade dos recursos para tantas providências obrigou o governador a estabelecer novo tributo, a fim de dar prosseguimento às obras da nova fortificação. Esse tributo iria provocar os protestos dos comerciantes, aos quais se uniram os do bispo D. Marcos Teixeira. Estes protestos levaram o governador a suspender temporariamente as obras, decisão que comprometeu irremediavelmente as possibilidades de defesa da Bahia.

Em fins de dezembro de 1623, a Corte expediu um aviso urgente de que uma forte armada estava prestes a partir dos portos da Holanda e em direção ao Brasil. Ao receber este aviso, o governador Mendonça Furtado convocou as companhias de Ordenança e estabeleceu pontos de espreita e estado de alerta na cidade do Salvador. A carta de aviso procedeu apenas de seis dias a partida da expedição.

Tratava-se, sem dúvida, da maior expedição já saída dos portos holandeses. "Compunha-se essa frota de 25 navios e 3 iates, armados com cerca de 500 peças e tripulados por 1600 marinheiros, além de conduzirem 1700 homens de tropas de desembarque." ⁷² O comando da mesma fora confiado a Jacob Willekens, sendo vice-almirante Pieter Pieterszoon e João van Dorth o comandante das tropas embarcadas e governador das terras que fossem conquistadas.

A viagem não se fez sem problemas. Uma das naus, a "Holândia", que conduzia o coronel van Dorth, desgarrou-se da expedição, o que forçou as outras naus a aguardarem, na ilha de São Vicente, o navio desgarrado, bem como outras naus que haviam partido depois. Somente a 26 de março seguiam em direção do seu objetivo.

Foi após a partida que os comandantes da expedição abriram um envelope lacrado, onde vinha a indicação exata do objetivo da expedição, que era a cidade do Salvador, para onde a mesma rumou.

Esta demora afetaria profundamente as possibilidades de defesa da cidade, pois a detença em chegar a esquadra fez crer a muitos que outro era seu objetivo.

O ataque holandês

O esboramento da resistência portuguesa

No dia 8 de maio, a esquadra holandesa, que já há alguns dias seguia a costa brasileira, lançou âncoras nas proximidades da entrada da Baía de todos os Santos. Na manhã do dia 9, entraram pela barra. Cinco navios permaneceram nas proximidades do forte de Santo Antônio da Barra, enquanto os outros se dirigiam para o ataque frontal à cidade do Salvador. Em operação dirigida pessoalmente por Pieter Heyn, foram acometidos vários navios surtos no porto e carregados de mercadorias, principalmente

açúcar, afirmando alguns autores que foram os próprios tripulantes que as incendiaram ao abandonarem as naus.

Foi grande a comoção despertada pela chegada do inimigo e pela força de que o mesmo dispunha. O governador mostrou-se à altura das circunstâncias. Repeliu, energicamente, a proposta de rendição da cidade feita pelos holandeses e mandou convocar, urgentemente, as companhias de ordenança que anteriormente dispensara. Também o bispo e o clero apresentaram-se ao governador para tomarem parte na defesa. Nessas circunstâncias, contava a Bahia com cerca de 2000 homens para a sua defesa, ainda que apenas 80 de tropas regulares.⁷³

Enquanto o grosso da esquadra mantinha a luta diante da cidade, uma tropa de 1200 soldados mais duas centenas de marinheiros desembarcavam nas proximidades do forte de Santo Antônio da Barra, provavelmente no mesmo local em que desembarcara o primeiro donatário Francisco Pereira Coutinho, e onde se erguera a antiga Vila Velha. O assalto, dirigido pelo major Albert Schouten, não encontrou quase resistência no forte, dirigindo-se depois as tropas para o norte, e estabeleceram-se no Convento de São Bento, ameaçando diretamente as portas de Santa Luzia, também denominadas de S. Bento, entrada meridional da cidade. Diante desta ameaça, o governador Diogo de Mendonça Furtado, que estivera comandando a resistência nas proximidades do porto, dirigiu-se com 750 homens para as portas de Santa Luzia, conseguindo repelir o primeiro ataque holandês. Também o bispo D. Marcos Teixeira e diversos sacerdotes, seculares e regulares, animavam os soldados na defesa.

A pena do padre Antônio Vieira assim marca o quadro da luta: "E foi tal a tempestade de fogo e fumo, tal o estrondo e confusão que a muitos particularmente aos pouco experimentados causou perturbação e espanto, porque por uma parte os muitos relâmpagos fuzilando feriam os olhos, e com nuvem espessa de fumo não havia que se visse; por outra o contínuo trovão de artilharia tolhia uso das línguas e tudo junto com as trombetas e outros instrumentos bélicos era terror a muitos e confusão a todos."⁷⁴

Era tal a desproporção das forças, não tanto pelo número, mas pelo armamento e poder de fogo que todos se aperceberam que a resistência não poderia durar muito. Durante a noite começou a retirada da população e a deserção dos soldados. O próprio bispo D. Marcos Teixeira, que durante o dia combatera valentemente e incitara os defensores, retirou-se também. A cidade ficou praticamente deserta, à disposição do inimigo, que não teria imaginado tão fácil vitória. Apenas permaneceram na cidade o governador Mendonça Furtado, o ouvidor-geral Pedro Casqueiro, alguns jesuítas, inclusive o provincial, e dezesseis oficiais e soldados, entre estes o filho do governador.

Na manhã do dia 10, acercam-se os holandeses das portas de São Bento, estranhando o silêncio. Afinal, compreendendo que a cidade fora abandonada sem defesa, nela penetraram, iniciando-se o saque que o major Albert Schouten se viu impotente para conter.

O governador Diogo de Mendonça Furtado e os que com ele estavam foram presos e remetidos para a Holanda. Este, que não conseguira evitar a deserção dos soldados e a fuga da população, recusou afastar-se de seu posto, ainda que para isso instado.

**Providências para o restabelecimento
do governo e do comando entre os nacionais
Providências dos holandeses**

De certa forma, o que fora uma retirada ditada pelo desespero, transformou-se na primeira condição da vitória posterior. A maior parte da população da cidade dirigira-se para a vila do Espírito Santo, antiga missão dos Jesuítas (hoje Abrantes), e lá, passado o primeiro momento de pânico, começaram as providências para reorganização do governo e restabelecimento do comando.

Abertas as "vias de sucessão" cabia, em falta do governador, responder pelo governo do Brasil a Matias de Albuquerque, então Capitão-mor de Pernambuco, sendo-lhe mandado imediato aviso por um correio próprio.

Mas a situação requeria que fosse imediatamente solucionado o problema do governo local e do comando das tropas. Ficou então deliberado que, enquanto durasse a ausência de Matias de Albuquerque, ficaria de ambos encarregado o desembarcador Antônio de Mesquita de Oliveira, a quem se comprometeram em obedecer. Também foram designados os capitães que deviam auxiliá-lo. Poucos dias depois, assumiu o bispo D. Marcos Teixeira o governo e o comando das tropas. As causas desta mudança são desconhecidas, permanecendo o fato na obscuridade, apontando muitos como uma das prováveis causas a ambição de D. Marcos Teixeira, cujo temperamento já fora causa de diversas questões com o governador Mendonça Furtado.

A primeira providência do novo governador e comandante das tropas foi estabelecer-se próximo da cidade, junto ao rio Vermelho, estabelecendo um arraial fortificado, ordenando o seu entrincheiramento e guarnecendo-o de artilharia. Contando com cerca de 600 homens, dividiu-os em companhias de emboscadas destinadas a acossar o inimigo para tentar impedi-lo de sair da cidade.

Mudara completamente o ânimo dos defensores, que foram crescendo em audácia e conseguindo de fato atalhar qualquer possibilidade de expansão da conquista.

Foram avisados também os capitães das demais capitânicas para o sul, principalmente o do Rio de Janeiro, com pedidos de auxílio.

As notícias da perda da Bahia chegaram também a Lisboa e a Madri, causando imensa consternação.

Começavam também as primeiras providências. Martim Afonso de Sousa resolveu permanecer em Pernambuco, de onde teria mais facilidade para organizar o auxílio para a Bahia e para dirigir-se aos capitães das demais capitânicas, advertindo-os do perigo que se tornava mais premente. Com um pequeno reforço, enviou para a Bahia a Francisco Nunes Marinho, para exercer o governo da capitania da Bahia e das a ela subordinadas e o comando das operações contra os holandeses. Contudo, Nunes Marinho apenas chegaria à Bahia em princípios de setembro, durando portanto o governo do bispo cerca de quatro meses.

Em Madri a reação foi imediata. Começaram as providências para a ida de uma armada no menor prazo possível, mas as naturais demoras fizeram com que Filipe IV de Espanha, III de Portugal despachasse para o Brasil D. Francisco de Moura, com o título

de "capitão-mor do Recôncavo" e com a notícia da breve partida da armada para restauração da cidade.

D. Francisco de Moura, nascido no Brasil, apenas chegaria em dezembro, com uma pequena frota para assegurar que com Pernambuco não se repetisse o ocorrido na Bahia, durando, portanto, o comando de Nunes Marinho pelo espaço de três meses.

De parte dos holandeses, também foi grande a atividade. Depois das enérgicas providências de Pieter Heyn para terminar o saque e restabelecer a disciplina das tropas, deu-se a chegada do navio "Holândia" que transportava o coronel van Dorth, nomeado para o governo e comando das forças.

Este tomou imediatamente as primeiras medidas, estabelecendo a sede do governo, dispondo as tropas e cuidando das fortificações. Para melhor defesa da cidade, mandou construir "represas na baixada do Carmo, no Convento de São Francisco e do lado de São Bento"⁷⁵ constituindo assim uma barreira de água dificultando o ataque por uma ampla extensão, sem esquecer-se, entretanto, de artilhar as trincheiras desse lado. Este dique é o que popularmente é confundido com o dique do Tororó, de construção portuguesa e bem mais recente, ficando mais afastado que o anterior de construção dos holandeses.⁷⁶

Procurou ainda atrair para a cidade os seus antigos moradores, prometendo-lhes respeito às propriedades e à liberdade de religião. Varnhagen anota: "Em abono da verdade, cumpre dizer que mui poucos moradores acudiram ao chamamento".⁷⁷

Como do lado português, também do lado holandês não houve continuidade no comando, ainda que por razões diversas. Já a 17 de junho do mesmo ano, portanto com pouco mais de um mês de governo, Johan van Dorth, ao voltar de uma inspeção no forte de Monserrate, na altura do forte de São Tiago da Água dos Meninos, foi surpreendido por uma emboscada dos guerrilheiros do capitão Francisco Padilha, tendo o crânio fendido e sendo após degolado.

Foi substituído pelo major Albert Schouten, pouco depois vitimado pelo excesso de bebida⁷⁸, assumindo o posto seu irmão Willem Schouten, incompetente e ébrio contumaz. Estava ainda este no comando por ocasião da chegada da esquadra luso-espanhola.

Seja durante o comando de D. Marcos Teixeira, seja sob Francisco Nunes Marinho ou D. Francisco de Moura, o sistema de guerrilhas empregado atalhou qualquer veleidade de expansão, apesar da superioridade numérica dos holandeses e sobretudo da superioridade do armamento. Estavam os holandeses confinados à cidade. As tentativas na ilha de Itaparica e em alguns pontos do recôncavo foram frustradas, a tal ponto que o comando holandês viu-se obrigado a proibir qualquer tentativa fora dos muros, para impedir que um capitão mais afoito quisesse aceitar os freqüentes desafios lançados pelos portugueses e que diversas vítimas já lhes tinham custado. As esperanças estavam apenas na anunciada chegada de uma grande armada de reforços que a Companhia das Índias Ocidentais prometia enviar em breve para consolidar e expandir a conquista.

A organização da armada.

A conquista da Bahia pelos holandeses foi um dos poucos acontecimentos que fizeram o abúfio Filipe IV da Espanha sair um pouco de seu total desinteresse pelas questões de governo, deixadas todas elas ao cuidado de seu válido, o Conde-Duque de Olivares. Interessou-se pessoalmente pelo caso, estimulou a ação de Olivares, dirigiu mensagens ao governo que o representava em Portugal e à nobreza portuguesa, fixou datas, que tiveram de ser diversas vezes adiadas, em resumo, considerou a questão da recuperação da Bahia como um caso de honra pessoal.

Pelo fato de terem sido os anos de 1624 e 1625 os últimos anos relativamente calmos de seu atormentado e desastroso reinado, viu organizar-se um movimento de tais proporções que não parece exagerar quem escreveu: "Não narram os cronistas outra expedição, excetuando as de D. João I a Ceuta e de D. Sebastião a Tãnger, que reunisse tão elevado número de nomes ilustres, em que a nobreza espanhola, portuguesa e italiana se fizesse representar em tal profusão e com tanto valor."⁷⁹ Só a resenha dos nomes da nobreza portuguesa ocupa mais de três páginas da "Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal" do Padre Bartolomeu Guerreiro.

A primeira e decisiva providência já era tomada no dia 7 de agosto de 1624, uma semana depois de recebida a notícia da perda da Bahia, em Carta Régia que dizia: "Houve por bem de resolver, que da armada do mar Oceano, se ajunte a maior força que for possível, ficando só para a guarda da costa, dez, ou doze navios, e que os mais hão de ir ao Brasil, levando para a empresa três mil infantes. E que nessa Coroa se ajunte toda a maior força que poder ser, com pressuposto que há de estar tudo prestes para vinte deste presente mês."⁸⁰ Se a armada do "mar oceano" era espanhola, a parte final refere-se ao que Portugal devia fazer para participar da expedição.

É interessante observar o que diz um historiador holandês: "Tão importante lugar ocupava o Brasil nos interesses da Coroa de Castela e a reputação do primeiro ministro se achava, a esse respeito, tão ligada à glória do príncipe, que Olivares, embora sacrificando seus ódios contra uma nação dominada, mas cujo espírito de independência lhe fazia sombra, mostrou-se disposto a secundar e seguir a opinião geral. Essa deliberação, uma vez tomada, seu caráter conduziu-a como era natural, a medidas tão ativas quanto vigorosas."⁸¹

Começa a nomeação dos encarregados da compra de fornecimentos para a armada, sendo escolhido como superintendente o Tesoureiro-mor, que ficaria liberado de suas funções anteriores para se dedicar às novas.⁸²

Em setembro, já chegam notícias das providências que na cidade do Porto se efetivavam, para a preparação dos navios da armada⁸³, ao que seguiam dotações de 3.000 cruzados para o comandante da armada portuguesa, D. Manuel de Menezes, e de 20.000 cruzados para a armada de Portugal.⁸⁴

Outras providências eram tomadas. Dada a grande quantidade de mantimentos necessários para a armada, foi discutido em reunião do Conselho da Fazenda sobre a necessidade de encarregar diversas pessoas dos fornecimentos para a mesma⁸⁵; mais tarde, ficou resolvido concentrar em diversos lugares; assim, Lisboa, Cádiz e a Ilha Terceira dos Açores foram designadas para concentrarem a enorme quantidade de mantimentos.

Só do armazenado em Lisboa e Cádiz, consta entre outros mantimentos: 46.035 quintais de bolachas, 7.000 pipas de vinho, 5.578 quintais de toucinho, 1.680 quintais de queijo, 2.140 quintais de grão de bico, 1.000 quintais de arroz, 4.000 quintais de bacalhau, 450 pipas de vinagre, 28.000 arrobas de azeite, 20.000 pipas de água, 2.800 quintais de farinha de trigo, 360 carneiros vivos, 2.720 galinhas e 1.000 perus, além de diversos outros gêneros, sem contar o armamento e equipamentos.⁸⁶

Também a esquadra era impressionante. Nunca fora a "Invencível Armada", vira o Atlântico tal demonstração de força. Sua constituição era a seguinte:

– Armada de Portugal: 22 navios, 4.348 homens de guerra e mar, 384 peças de artilharia, 24.820 balas de pedra, 1.136 quintais de pólvora, 352 quintais de chumbo e 310 quintais de corda.

– Armada Espanhola do Mar Oceano: 11 navios, 2.516 homens, 269 peças de artilharia, 14.173 balas de pedra, 1.474 quintais de pólvora, 312 quintais de chumbo, 279 quintais de corda.

– Armada Espanhola do Estreito de Gibraltar: 5 navios, 1.490 homens, 158 peças de artilharia, 9.970 balas, 860 quintais de pólvora, 124 quintais de chumbo, 136 quintais de corda.

– Armada Espanhola de Biscaya: 4 navios, 1.181 homens, 108 peças de artilharia, 7.400 balas, 680 quintais de pólvora, 143 de chumbo, 100 de corda.

– Armada Espanhola das Cuatro Villas: 6 navios, 1.845 homens, 154 peças de artilharia, 10.000 balas, 820 quintais de pólvora, 172 de chumbo, 194 de corda.

– Armada Espanhola de Nápoles: 4 navios, 1.583 homens, 114 peças de artilharia, 10.800 balas, 775 quintais de pólvora, 206 de chumbo e 388 de corda.

Segundo esta relação, a armada comandada por D. Fradique compunha-se de 52 navios de guerra, conduzindo um total de 12.566 pessoas de guerra e mar, 1.185 peças de artilharia...⁸⁷ e ainda 68 sacerdotes e 52 cirurgiões, enfermeiros e boticários.

O comando geral cabia a D. Fradique de Toledo; a armada espanhola era comandada pelo almirante D. Juan Fajardo; D. Manuel de Menezes comandava a esquadra portuguesa, tendo como seu subordinado D. Francisco de Almeida, comandante das tropas de desembarque.

Enfim, a armada!

Em 22 de novembro, a esquadra portuguesa partia de Lisboa, em direção às ilhas do Cabo Verde, de onde, em fevereiro do ano seguinte, juntamente com a armada espanhola, rumaria para Salvador. A viagem decorreu calma; em fins de março, chegam às proximidades da Bahia. Da Torre de Garcia d'Ávila segue a notícia para as tropas que, há quase um ano, mantinham o sítio à cidade do Salvador. Apesar da insistência da direção da Companhia das Índias Ocidentais para que alargassem a conquista, que atacassem Pernambuco, foram poucas as ações holandesas tentadas contra outras partes do Brasil. Em fins de 1624 e no início de 1625, houve duas tentativas de estabelecimento no Ceará, ambas repelidas por Martim Soares Moreno. Também em fins de 1624, tentaram os

holandeses estabelecer-se no Espírito Santo, mas seriam em breve desalojados por Salvador Correia de Sá e Benevides, que vinha com o auxílio da Capitania do Rio de Janeiro, governada por seu pai, Martim de Sá. Além do auxílio do Rio de Janeiro, vieram auxílios do Maranhão, da Paraíba e, principalmente, de Pernambuco. Assumia a luta pela libertação da Bahia um caráter de dimensões até então inexistentes na América.

Em 1.º de abril de 1625, enfileiravam-se as naus diante da cidade do Salvador, repetindo-se quase o que sucedera com a chegada dos holandeses: os navios holandeses no porto, impedidos de manobrar, pois as poucas tentativas não alcançaram êxito, mas, sobretudo, o estado de abatimento que dominou a guarnição holandesa.

Numerosas tropas foram desembarcadas, ocupando D. Fradique de Toledo o Convento do Carmo, transformado em Quartel-General. O cerco da cidade foi fortemente organizado com o estabelecimento de outros quartéis, como o quartel das Palmeiras, ocupado por um Terço português sob o comando de Antônio Muniz Barreto.

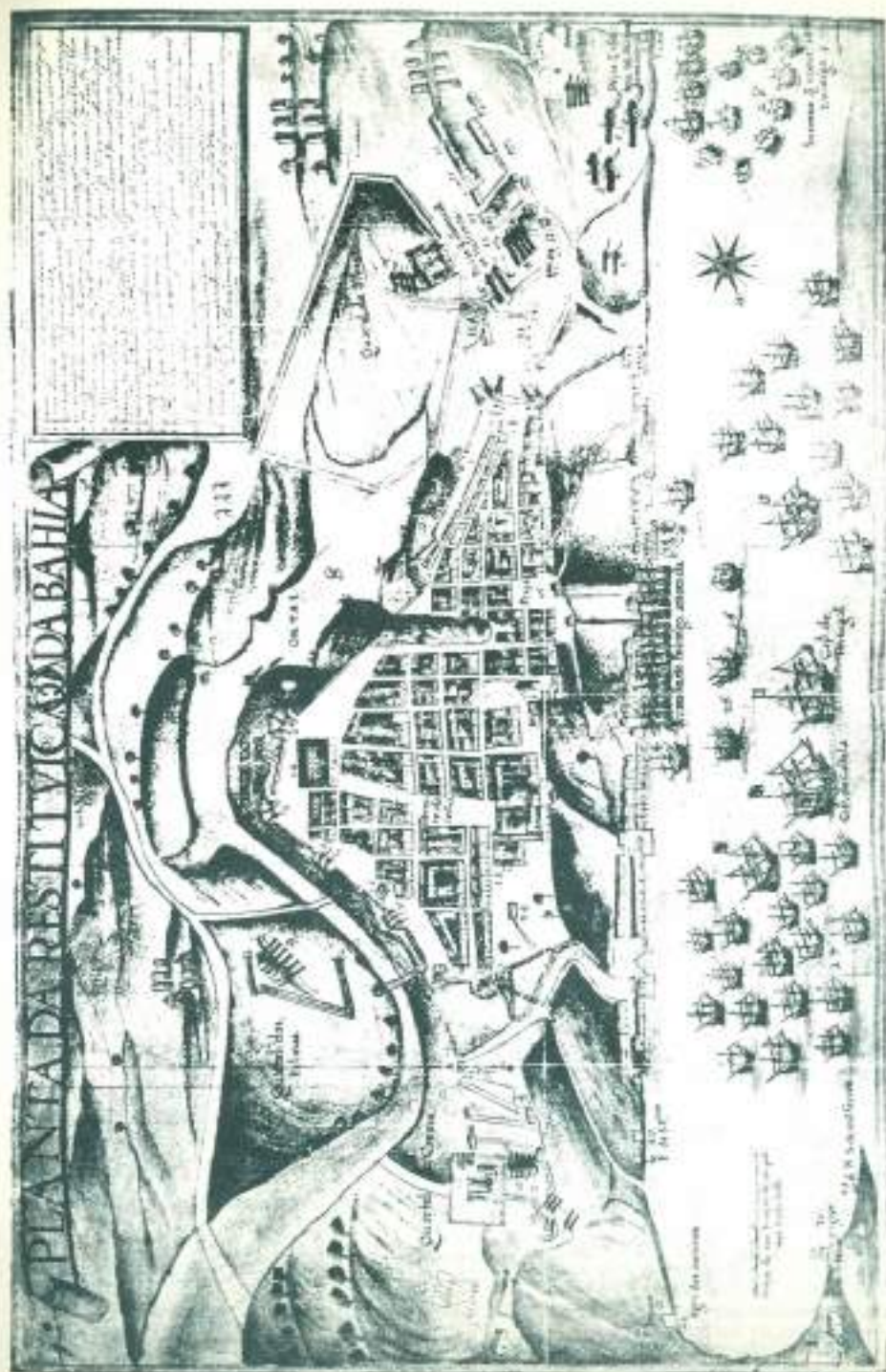
A leste da cidade, o cerco ficava mantido pelas forças brasileiras que haviam sustentado o sítio desde a conquista de Salvador pelos holandeses. Comandava essas tropas D. Francisco de Moura, reforçado pelo socorro pernambucano. No quartel de São Bento se localizou o Terço Napolitano, sob o comando do Marquês de Coprani, e ao qual pertencia o capitão Giovanni Vincenzo Sanfelice, mais tarde Conde de Bagnoli, que se ilustraria na vitoriosa defesa da cidade contra o ataque de Nassau, em 1638. Com a ida de Coprani para o Quartel-General, o comando em São Bento passou a D. Francisco de Almeida, Mestre de Campo de um Terço Português. Neste quartel estava o socorro vindo do Rio de Janeiro. Finalmente, na praia, o comandante da armada de Portugal fizera dispor artilharia em três plataformas para bombardear a cidade e as naus holandesas, pondo diversas a pique.

Willen Schouten mostrou-se totalmente incompetente, a ponto de ser destituído, passando o comando a Hans Ernest Kijf, que, sem conseguir restabelecer a disciplina, tratou de pedir armistício, apesar das notícias da breve chegada da frota de socorro que já estava próxima da cidade. A rendição foi assinada aos 30 de abril de 1625, e no dia seguinte entravam as tropas na cidade. Apesar dos festejos, foram dias bem difíceis, pois diversos soldados, especialmente espanhóis e napolitanos, entregaram-se ao saque, de modo que muito custaria à Bahia reerguer-se das devastações sofridas, apesar do interesse da Coroa, que chegou mesmo a destinar impostos recolhidos em Angola, o rendimento da cruzada, em benefício da Bahia.⁸⁹

A esquadra holandesa de socorro chegou no dia 26 de maio; compunha-se de 34 navios, sob o comando do Almirante Bondewym Hendrikszoon, que não entrou no porto. Alguns tiros foram trocados, mas D. Fradique, ao chegar a noite, mandou retirar os navios e, no dia seguinte, a esquadra holandesa não mais estava à vista.

O comandante espanhol confirmou no governo a D. Francisco de Moura, até que o rei decidisse a questão, com a nomeação de D. Diogo Luís de Oliveira, cuja posse se efetuou na Bahia, em 27.02.1627, mais de um ano após a nomeação.

Para guarnecer a cidade do Salvador, D. Fradique de Toledo aqui deixou um dos Terços, com mil homens, distribuídos em 10 companhias, dos quais poderia dispor o Sargento-mor Pedro Correia da Gama.



PLANTA DA RESTITUIÇÃO DA BAHIA

Atlas de João Teixeira de Albernaz – 1631 – Mapoteca do Itamarati
(in Varnhagen – História das lutas com os Holandeses no Brasil)

- 1 – Baluartes holandeses guarnecidos de artilharia, do lado da terra.
- 2 – Baluartes holandeses guarnecidos de artilharia, diante do mar.
- 3 – Forte do Mar, iniciado pelos portugueses, e parcialmente fortificado pelos holandeses.
- 4 – Navios armados holandeses.
- 5 – Artilharia assentada por D. Manuel de Menezes para atirar contra os navios holandeses e contra a cidade.
- 6 – Artilharia italiana, guarnecendo o Quartel de S. Bento.
- 7 – Artilharia do Terço Português de D. Francisco de Almeida.
- 8 – Lago artificial feito com entulhos pelos holandeses para melhor defender a cidade.
- 9 – Artilharia portuguesa do Terço de D. António Moniz Barreto.
- 10 – Quartel-General das tropas luso-espanholas, sob o comando de D. Fradique de Tolcido.
- 11 – Casas fora dos muros que foram derrubadas pelos holandeses.
- 12 – Colégio de Jesus, artilhado pelos holandeses com 4 peças, que causaram muito dano aos atacantes.
- 13 – A Sé, cujo adro foi fortificado pelos Holandeses com 3 peças.
- 14 – Igreja e convento de São Francisco, onde os holandeses estabeleceram seu armazém.
- 15 – Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, transformada em adega.
- 16 – Centro onde estava estabelecido o governo.
- 17 – Igreja da Misericórdia e hospital.
- 18 – Portas fortificadas de São Bento, no sul da Cidade.
- 19 – Portas do Carmo, no norte da Cidade.
- 20 – O pequeno Forte de São Francisco.
- 21 – Forte de Agua dos Meninos, artilhado com 4 peças.
- 22 – Forte de Tapagipe.
- 23 – Igreja de Nossa Senhora de Monserrate.
- 24 – Igreja de Santo António da Vila Velha.
- 25 – Forte de Santo António da Vila Velha.
- 26 – Navios holandeses.
- 27 – Armada real de Portugal e Castela.
- 28 – Socorro holandês que chegou após a rendição.
- 29 – Pátio dos Padres de Companhia, artilhado pelos holandeses com 4 peças.

Breve relance sobre os acontecimentos posteriores
A mudança da situação européia.

O novo governador e seus sucessores dedicaram-se com a fínco à tarefa de melhorar as fortificações da cidade do Salvador e ao aumento das tropas e de sua melhor organização e disciplina. Mas voltaria a passar a Bahia por momentos angustiosos.

Em 1630, novo ataque holandês foi dirigido ao Brasil, desta vez tendo o alvo em Pernambuco.

Mais tarde, o avanço de Nassau até o rio São Francisco novamente colocou em risco a cidade do Salvador. Maior ameaça constituiu-se no ataque de Nassau em 1638, em que a Bahia foi defendida pelo Conde de Bagnoli. Em 1640, será novamente atacada por um dos mais notáveis almirantes holandeses, Lichthardt. A providencial chegada de Luís Barbalho, com o resto de suas tropas sobreviventes do desastre da expedição do Conde da Torre, consegue evitar a queda da cidade.

As armadas então vindas ao Brasil destinavam-se primordialmente à tentativa de expulsão dos holandeses de Pernambuco. Foram: em 1630, a armada de Antônio Oquendo, em 1635, a de Luís de Rojas y Borja, em 1639, a do Conde da Torre e, em 1653, a de Pedro Jacques de Magalhães que, bloqueando Recife, contribuiu para apressar a rendição dos holandeses.

É interessante observar a insistência com que a Companhia das Índias instava com Nassau para que atacasse e conquistasse a Bahia. Isto não foi conseguido, e da Bahia partiu toda a organização do movimento da Insurreição Pernambucana, que culminaria com a rendição da Campina do Taborda. Mas, nessa ocasião, muito havia mudado.

Em 1624, assumiria um Ministério na França Armand Jean du Plessis, Bispo de Luçon, Cardeal de Richelieu e, a partir desse momento, agravar-se-ia a situação da Espanha. Em 1625, sobe ao trono da Inglaterra o rei Carlos I e uma de suas primeiras providências é iniciar a luta contra a Espanha, ressentido pela recusa recebida no seu pedido de casamento a uma infanta espanhola. Em 1635, é a guerra com a França e o envolvimento total na Guerra dos Trinta Anos.

Desde que Richelieu assumira o governo francês, a atividade dos seus emissários fora extraordinariamente ativa, especialmente em Portugal e na Catalunha, visando a um enfraquecimento interno da Espanha. Essa atividade alcançou resultados. É verdadeiramente diversa a atitude da nobreza portuguesa, na época da reconquista da Bahia e a de alguns anos depois, quando as cartas do rei Filipe só acumulam queixas pelo desinteresse dos portugueses nas tentativas de levantamento de recursos para a expulsão dos holandeses de Pernambuco; enfim, a revolta em 1640 de Portugal e da Catalunha, que apressariam a decadência espanhola, surgindo outra frente de luta, agora com Portugal.

Mas o fim da União Ibérica colocava em confronto Portugal e Holanda no nordeste brasileiro. As tréguas, não respeitadas, as afirmações de amizade e aliança escondiam apenas em parte o antagonismo existente. Com a ajuda da França, nem sempre sincera, Portugal alcançou sobreviver até que a morte de Cromwell eliminou um adversário tão difícil para Portugal quanto o fora Richelieu para a Espanha. Mas, enquanto a

política de Richelieu foi continuada por Mazarino, Cromwell, depois do intervalo inexpressivo representado pelo governo de Ricardo Cromwell, teve sua política contrariada, com a ascensão ao trono de Carlos II, com quem em breve Portugal fazia uma aliança política e dinástica.

Se Cromwell fora prejudicial aos interesses portugueses, muito mais o fora em relação à Holanda. Em 1651, iniciava-se a guerra entre Inglaterra e Holanda, tendo também como cenário todos os oceanos.

A Holanda da rendição de Campina do Taborda não era mais a mesma da conquista e perda da Bahia.

Desde 1648, pelo Tratado de Westfália, cessara a Guerra dos Trinta Anos. A Áustria fora vencida, a França, nos albores do reinado de Luís XIV, aparecia como a primeira potência européia. A Espanha não se incluía na paz de Westfália. Sustentaria ainda, por 11 anos, a luta até a assinatura do Tratado dos Pirineus, em 1659. Algum tempo depois, faria a paz com Portugal, mas não teria mais condições de atingir aquele auge que, não só causas externas, mas um verdadeiro câncer interno comprometera e auxiliara a derruir.

A ameaça holandesa desapareceu e as novas alianças comerciais entre Portugal e Inglaterra afastava qualquer ameaça, enquanto durassem esses acordos.

À guisa de conclusão.

O nordeste brasileiro fora o teatro de uma luta entre o expansionismo crescente dos holandeses e o imenso império espanhol, na fase crítica do início da decadência do seu poderio externo. À sombra da luta emergia o crescimento da Inglaterra, que, afinal, viria a suplantá-la e herdar a soberania dos mares, perdida pelo povos ibéricos.

A luta no nordeste brasileiro representa o momento em que a curva crescente da Holanda atingia o limite e começava a tomar o rumo descendente. E o ponto crítico desse movimento foi, ao que tudo parece indicar, a impossibilidade holandesa de alcançar o objetivo mais importante, ou seja, o domínio da Bahia, que lhe daria o domínio ao Brasil.

Não é compreensível que a expedição preparada para dar início à conquista do Brasil tenha apresentado uma total deficiência do elemento humano.

Se excetuarmos van Dorth, em quem alguns historiadores holandeses não reconhecem grandes condições para um tal cargo, mas que, no breve período em que governou a colônia, mostrou empenho e capacidade de organização, os outros são figuras ridículas para empunhar a soma de responsabilidades que sobre eles recaía.

Ora, se a morte de van Dorth ocorreu apenas transcorrido o primeiro mês de ocupação, não providenciou a Companhia das Índias em dar-lhe sucessor à altura, enquanto outra armada operava no curso, nas Antilhas.

Parece, portanto, que a Holanda atingira no seu crescimento aquele ponto em que falta o elemento humano para as responsabilidades que advêm da expansão ou do próprio crescimento.

Se os mercenários serviam para a pirataria, para o desenfreamento da guerra de corso, não se adaptavam, de forma alguma, para uma tarefa de colonização efetiva.

Faltavam à Holanda, portanto, elementos com credenciais para uma colonização como seria necessário, para que a Companhia das Índias atingisse seus objetivos.

Os comerciantes e agricultores holandeses só saíam da Holanda, se a nova colônia já apresentasse estabilidade para um trabalho produtivo. Teriam vindo, não como pioneiros de uma colonização, mas como usufrutuários de uma conquista rendosa.

Foi justamente esta estabilidade que os holandeses não alcançaram. A técnica da guerrilha, tão exitosamente empregada em Salvador, repetida em Pernambuco, do início da invasão até a chegada de Nassau e posta novamente em vigor desde os primórdios da insurreição pernambucana, eliminou a possibilidade, sonhada pela Companhia, de tornar a conquista, não só autofinanciável, mas uma fonte inesgotável de lucros.

A população brasileira, tão subestimada pelo conquistador, quanto à sua capacidade de defender a terra, reagiu de forma impressionante, logo após os momentos de pânico inicial, e, enfrentando o desconforto de acampamentos improvisados, preferiu ficar na proximidade dos adversários, disputando palmo por palmo, polegada por polegada, a terra que era sua, deitando por terra as esperanças de uma aceitação do fato consumado da conquista.

Falhou, portanto, a previsão inicial; somente uma nova remessa de gente de uma maior capacidade poderia mudar a situação, pois os guerrilheiros brasileiros orçavam a cerca de 600 e mantinham imobilizados cerca de 1.600 soldados equipados superiormente, mas inúteis pela incapacidade de seu comando.

Se Pernambuco apresentou, durante o período de Nassau, uma fase de surpreendente desenvolvimento, a necessidade de lucro que compensasse as despesas e prejuízos deitou por terra o que a obra de Nassau teve de construtivo, e não eliminou o foco de intranquilidade para a conquista que era a Bahia portuguesa.

O fracasso das tentativas posteriores para expugná-la, marcaram para o fracasso a tentativa holandesa.

Da Bahia partiria, em particular do governador Antônio Teles da Silva, a articulação do movimento da Insurreição, pois Vidal de Negreiros, com salvo-conduto do governador, sob a alegação de visitar o pai doente, ia realmente para organizar o levante, ao mesmo tempo que os grupos de Henrique Dias e Filipe Camarão eram organizados, municiados e instruídos pelo governador, para, pelas guerrilhas, semear a intranquilidade na região conquistada.

Esse fracasso da empresa comercial, iria em breve determinar a extinção da Companhia das Índias Ocidentais (1674), que sobreviveu apenas vinte anos à perda de Pernambuco.

Não tendo a Holanda o lucro previsto, desprovida de uma base sólida para ampliar os seus negócios, esgotada com a guerra de desgaste que lhe advinha da aventura brasileira, não teve condições para concorrer com a Inglaterra, cujo poderio crescia paulatinamente.

Assim, a perda da Bahia foi um momento decisivo na luta pelo domínio do mar, já alcançado pela Holanda, mas que não encontrara uma base estável que lhe assegurasse o posterior desenvolvimento e garantisse a estabilidade.

A Espanha vencera a primeira batalha, e vencera brilhantemente, não só pelo impressionante dos números da armada de D. Fradique, mas pelo elemento humano de que dispunha ainda, e que lhe garantia uma continuidade, apesar das adversidades, do seu domínio colonial.

A segunda batalha seria vencida por Portugal. Causa admiração o contraste dos socorros enviados da metrópole quanto aos efetivos numéricos, que comparados com os remetidos pela Holanda, mas, se compararmos o valor e a capacidade dos chefes de ambos os lados e o seu sentido prático, a vantagem é portuguesa, mesmo apesar do brilho da figura de Nassau.

Mas, se este é o aspecto externo, não menos importantes são os aspectos internos, resultantes da luta.

A própria inferioridade nos mares obrigou a promover mais decisivamente o povoamento e a integração do território, a mobilizar toda a população para a defesa, a valorizar o elemento humano da colônia.

Assim o cuidado para a ocupação de todo o litoral, a construção de fortificações, tornaria praticamente irrealizável uma conquista pelo auxílio que, dos mais variados lugares, apesar da demora, poderia vir. Na Bahia, haviam ajudado a vitória, socorros da Paraíba, de Pernambuco, de São Vicente e do Rio de Janeiro. Para Pernambuco, viriam reforços do Maranhão, do Ceará, da Paraíba, da Bahia, de São Vicente e do Rio de Janeiro. Era, mais do que a metrópole, a própria colônia que se mobilizava para a defesa, daí resultando um sentimento nativista, origem de uma consciência nacional, expressa pela tenacidade admirável mostrada durante a luta. Não eram mercenários a quem o lucro imediato ofuscava. Eram cidadãos dispostos a garantir aos seus descendentes uma terra que fosse sua.

Essas fortificações, ainda que deficientes em número, recursos e poderio, contribuíram para a defesa do litoral, como mais tarde contribuiriam para a definição das fronteiras.

Importante, também, a valorização do homem. Os títulos e comandos não couberam apenas a um grupo. Vemos nessa fase, com a responsabilidade do governo geral do Brasil a dois brasileiros, D. Francisco de Moura e Antônio Teles da Silva. Henrique Dias e Camarão recebem comandos das ordens militares e títulos de governadores dos negros e pardos e dos índios, com direitos hereditários, além de outros favores. André Vidal de Negreiros vai receber o governo do Estado do Maranhão.

Era toda uma valorização do elemento humano da própria colônia, tarefa que tão bem soube desempenhar a colonização portuguesa, numa obra de integração sólida.

Isto desenvolveu um notável sentimento de solidariedade e uma capacidade de esforço que causa admiração, pois cabia a todos, e a cada um, uma responsabilidade solidária na defesa comum.

Dai a participação de todos, nas companhias de Ordenanças e nos Regimentos de Milícias, ao lado das tropas pagas. Era uma solidificação dos laços tão visíveis nessas circunstâncias em que um bispo transformava-se em capitão, e portugueses, brasileiros, índios e negros, lutavam ombro a ombro, sem tempo para pensar em diferenças, sentindo-se todos parte de um todo, com responsabilidades idênticas.

Era uma consciência que se formava.

Estava nascendo o Brasil.

PUC RS

Departamento de História

Porto Alegre, Brasil.

NOTAS

¹ D. Luís Ulhoa Cisneros, *Historia de España*, dirigida por Luís Pericot Garcia (Barcelona: Instituto Gallach de Librería y Ediciones, s. d.), p. 256.

² Gonçalo de Raparaz, "O Brasil no Império Espanhol" *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 20 (1915), 107-108.

³ D. Luís Ulhoa Cisneros, *op. cit.*, p. 376.

⁴ *Ibid.*, *ibid.*

⁵ *Ibid.*, p. 377.

⁶ Antonio Sérgio, *Breve Interpretação da História de Portugal*, 3.^a ed. (Lisboa: Livr. Sá da Costa Editora, 1974), p. 104 e 162.

⁷ Charles Boxer, *Os Holandeses no Brasil* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira Vol. 312, 1961), p. 1 e 2.

⁸ Oliveira Marques, *História de Portugal*, 2.^a ed. (Lisboa: Edições Ágora, 1973), I, 454; e Joaquim Ferreira, *História de Portugal* (Porto: Editorial Domingos Barreira, 1951), p. 450.

⁹ Jacques Pirenne, *História Universal* (Barcelona: Ediciones Leo, 1953), III, 111.

¹⁰ P. M. Netscher, *Os Holandeses no Brasil* (São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942), CCXX, 40.

¹¹ Joel Serrão, *Cronologia Geral da História de Portugal*, 2.^a ed. (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1973), p. 118.

¹² P. M. Netscher, *op. cit.*, p. 41.

¹³ Rodolfo Garcia, *Nota in História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen, 5.^a ed. (São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1956), II, 90.

¹⁴ J. Pirenne, *op. cit.*, p. 111.

¹⁵ *Ibid.*, p. 111.

¹⁶ Gaspar Barléu, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (Belo Horizonte: Livraria Itatiaia).

¹⁷ Jacques Pirenne, *op. cit.*, p. 109.

¹⁸ *Ibid.*, p. 111.

- ¹⁹ Ibid., p. 109.
- ²⁰ Ibid., p. 111.
- ²¹ Ibid., p. 164.
- ²² Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*; 5.^a ed. (São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1956), p. 161.
- ²³ Gaspar Barléu, *op. cit.*, p. 7.
- ²⁴ Ibid.
- ²⁵ Joaquim Ferreira, *História de Portugal* (Porto: Editorial Domingos Barreira, 1951), p. 452.
- ²⁶ Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil*, 4.^a ed. Coleção Brasileira, vol. 117 (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971), p. 84.
- ²⁷ Ibid., p. 93.
- ²⁸ Ibid., p. 98.
- ²⁹ Joel Serrão, *op. cit.*, p. 110.
- ³⁰ Aurélio Alves de Sousa Ferreira, *História Militar do Brasil (Régimen Colonial)*, Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1945, p. 63.
- ³¹ Diogo de Campos Moreno, *Livro que dá Razão do Estado do Brasil* (Recife: Ed. do Arquivo Público Estadual, 1955), pp. 217 e 218.
- ³² Gabriel Soares de Sousa, *op. cit.*, p. 40.
- ³³ José Roberto do Amaral Lapa, *A Bahia e a Carreira da Índia*, Coleção Brasileira, vol. 338 (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968), p. 1.
- ³⁴ José Roberto do Amaral Lapa, *op. cit.*, p. 52.
- ³⁵ Diogo de Campos Moreno, *op. cit.*, p. 156.
- ³⁶ Gabriel Soares de Sousa, *op. cit.*, p. 345.
- ³⁷ Ibid., p. 388.
- ³⁸ José Roberto do Amaral Lapa, *op. cit.*, p. 53.
- ³⁹ Clóvis da Costa Rodrigues, *A Inventiva Brasileira* (Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973), I, 304.
- ⁴⁰ José Roberto do Amaral Lapa, *op. cit.*, p. 25.
- ⁴¹ Ibid., p. 2.
- ⁴² P. M. Nestscher, *op. cit.*, p. 44.
- ⁴³ Ibid., p. 47.
- ⁴⁴ P. Nuñez Arca, *O Brasil Restituído* (São Paulo, s. d.), p. 87.
- ⁴⁵ Pedro Calmon, *História do Brasil*, 1.^o volume: *As origens*, Coleção Brasileira, vol. 176 (São Paulo: Cia. Editora Nacional), p. 398.
- ⁴⁶ Torre do Tombo, livro 17.^o da Chancelaria de Felipe I, Doações, Fólio 164.
- ⁴⁷ "Regimento de Francisco Giraldes," *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 67, I parte, pp. 220-236.
- ⁴⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen, *op. cit.*, p. 85.
- ⁴⁹ J. da S. Campos, *Fortificações na Bahia* (Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1940), p. 12.
- ⁵⁰ Biblioteca da Ajuda, Manuscritos, Códice 51-VII-7, Fl. 58v.
- ⁵¹ Francisco Adolfo de Varnhagen, *op. cit.* p. 97.

- ⁵² Biblioteca da Ajuda, Manuscritos, Códices 51-VII-7, Fl. 58v.
- ⁵³ Biblioteca da Ajuda, Manuscritos, Códices 51-VIII-48, Fl. 6.
- ⁵⁴ Diogo de Campos Moreno, op. cit., pp. 147 e 148.
- ⁵⁵ Sousa Viterbo, *Expedições Científico-Militares mandadas ao Brasil* (Lisboa: Edições Panorama, 1962), I, 152.
- ⁵⁶ Biblioteca da Ajuda, Manuscritos, Códice 51-VII-8, Fl. 8, 99v. e 227v.
- ⁵⁷ Biblioteca da Ajuda, Manuscritos, Códice 51-VIII-2, Fl. 11.
- ⁵⁸ Biblioteca da Ajuda, Manuscritos, Códices 51-IX-29, Fl. 24 e 51 VIII-48, Fl. 141.
- ⁵⁹ D. Luis de Ulhoa Cisneros, op. cit., p. 270.
- ⁶⁰ P. M. Netscher, op. cit., p. 51.
- ⁶¹ Jacques Pirenne, op. cit., p. 180.
- ⁶² Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., p. 161.
- ⁶³ Charles Boxer, op. cit., pp. 28-29.
- ⁶⁴ D. Manuel de Menezes, "A Recuperação da Cidade do Salvador" *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 22 (1859), 358.
- ⁶⁵ D. Manuel de Menezes, op. cit., p. 358.
- ⁶⁶ Charles Boxer, op. cit., pp. 20-22.
- ⁶⁷ D. Manuel de Menezes, op. cit., p. 358.
- ⁶⁸ Charles Boxer, op. cit., p. 21.
- ⁶⁹ *Ibid.*, p. 22.
- ⁷⁰ José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro, *A Civilização Holandesa no Brasil*, Coleção Brasileira, vol. 180 (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940), p. 84.
- ⁷¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*, Coleção Brasileira, vol. 336 (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968), p. 185.
- ⁷² P. M. Netscher, op. cit., p. 57.
- ⁷³ *Barão do Rio Branco, Efemérides Brasileiras* (Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1946), p. 233.
- ⁷⁴ Pe. Antonio Vieira, "Carta Anua da Província do Brasil ao Geral da Companhia de Jesus, de 1624 a 1625" In *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, de Inácio Accioli da Carqueira e Silva (Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919), II, p. 54.
- ⁷⁵ Inocência M. de Araújo Goiás, "A Restituição da Cidade do Salvador", *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. III, n.º 10, p. 477.
- ⁷⁶ Edgar de Cerqueira Falcão, *Fortes Coloniais da cidade do Salvador*. Nota na reprodução da planta de João Massé, entre p. 23 e 24 (São Paulo: Livraria Martins, 1942).
- ⁷⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., p. 190.
- ⁷⁸ Charles Boxer, op. cit., p. 35.
- ⁷⁹ Inocência M. de Araújo Goiás, op. cit., p. 482, parafraseando Varnhagen, *História das Lutas com os Holandeses no Brasil* (Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955), p. 86.
- ⁸⁰ Pe. Bartolomeu Guerreiro, *A Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal* (Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Nacional, 1966), p. 28.
- ⁸¹ P. M. Netscher, op. cit., p. 65.

⁸² Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, N.^{os} 31 e 39 dos catálogos do Rio de Janeiro de 14/8/1624, Portaria de Nomeação.

⁸³ *Ibid.*, Catalogados do Rio de Janeiro, n.^o 12 de 3/9/1624.

⁸⁴ *Ibid.*, Catalogados do Rio de Janeiro, n.^{os} 44 e 45, de 6/10/1624 e n.^{os} 47 e 48, de 8/11/1624.

⁸⁵ *Idem*, Catalogados do Rio de Janeiro, n.^o 38, de 21/8/1624.

⁸⁶ P. Nuñez Arca, *op. cit.*, p. 128.

⁸⁷ *Ibid.*, *ibid.*, p. 127.

⁸⁸ Biblioteca da Ajuda, Manuscritos, Códice 51-VIII-30, Fl. 67.